

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	8
DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	9

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa	16

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	18
DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	19

Demonstração do Valor Adicionado	20
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	21
--------------------------	----

Notas Explicativas	28
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	81
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2013</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	696.715
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>696.715</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Reunião do Conselho de Administração	24/04/2013	Dividendo	24/04/2013	Ordinária		0,03586
Reunião do Conselho de Administração	24/04/2013	Juros sobre Capital Próprio	24/04/2013	Ordinária		0,01333
Reunião do Conselho de Administração	21/05/2013	Dividendo	21/05/2013	Ordinária		0,12452
Reunião do Conselho de Administração	21/05/2013	Juros sobre Capital Próprio	21/05/2013	Ordinária		0,00444
Reunião do Conselho de Administração	26/06/2013	Dividendo	26/06/2013	Ordinária		0,04999
Reunião do Conselho de Administração	26/06/2013	Juros sobre Capital Próprio	26/06/2013	Ordinária		0,00459

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2013</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2012</b>
1	Ativo Total	1.644.547	1.589.788
1.01	Ativo Circulante	413.712	183.245
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	371.105	8.306
1.01.01.01	Caixa e Bancos	371.105	8.306
1.01.06	Tributos a Recuperar	12.218	12.715
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	12.218	12.715
1.01.07	Despesas Antecipadas	5	1
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	30.384	162.223
1.01.08.03	Outros	30.384	162.223
1.01.08.03.01	Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	18.623	151.903
1.01.08.03.02	Partes relacionadas - clientes	11.001	9.770
1.01.08.03.03	Outros créditos	760	550
1.02	Ativo Não Circulante	1.230.835	1.406.543
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	93.945	115.237
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	93.945	115.237
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	93.945	114.374
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	0	863
1.02.02	Investimentos	1.102.155	1.258.369
1.02.02.01	Participações Societárias	1.102.155	1.258.369
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.102.155	1.258.369
1.02.03	Imobilizado	18.513	17.807
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	18.513	17.807
1.02.04	Intangível	16.222	15.130
1.02.04.01	Intangíveis	16.222	15.130

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2013</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2012</b>
2	Passivo Total	1.644.547	1.589.788
2.01	Passivo Circulante	38.568	22.849
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.488	8.322
2.01.01.01	Obrigações Sociais	8.488	8.322
2.01.02	Fornecedores	2.076	3.881
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.076	3.881
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.450	852
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.450	852
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.450	852
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	22.940	7.082
2.01.04.02	Debêntures	22.940	7.082
2.01.05	Outras Obrigações	3.614	2.712
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	44	16
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	43	0
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	1	16
2.01.05.02	Outros	3.570	2.696
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	2.658	1.722
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	912	974
2.02	Passivo Não Circulante	812.252	790.824
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	812.211	790.453
2.02.01.02	Debêntures	812.211	790.453
2.02.02	Outras Obrigações	0	365
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	365
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	0	365
2.02.03	Tributos Diferidos	41	6
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	41	6
2.03	Patrimônio Líquido	793.727	776.115
2.03.01	Capital Social Realizado	696.715	696.715
2.03.02	Reservas de Capital	595	433
2.03.04	Reservas de Lucros	56.712	78.967
2.03.04.01	Reserva Legal	56.712	56.712
2.03.04.10	Reservas de dividendos	0	22.255
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	39.705	0

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	27.987	55.961	27.557	55.386
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-19.025	-36.380	-14.440	-29.139
3.03	Resultado Bruto	8.962	19.581	13.117	26.247
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	110.113	236.423	93.523	201.671
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.193	-2.386	-1.250	-2.386
3.04.02.01	Amortização de ágio de investimentos	-1.193	-2.386	-1.250	-2.386
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1	3	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	-1	-1
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	111.305	238.806	94.774	204.058
3.04.06.01	Equivalência Patrimonial	100.396	217.108	89.063	192.636
3.04.06.02	Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	10.909	21.698	5.711	11.422
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	119.075	256.004	106.640	227.918
3.06	Resultado Financeiro	-18.603	-41.467	-7.067	-9.825
3.06.01	Receitas Financeiras	5.428	7.877	6.255	18.427
3.06.02	Despesas Financeiras	-24.031	-49.344	-13.322	-28.252
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	100.472	214.537	99.573	218.093
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2	-33	-1.738	-4.984
3.08.01	Corrente	0	18	-1.739	-4.978
3.08.02	Diferido	-2	-51	1	-6
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	100.470	214.504	97.835	213.109
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	100.470	214.504	97.835	213.109
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,14420	0,30788	0,14042	0,30588

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	100.470	214.504	97.835	213.109
4.03	Resultado Abrangente do Período	100.470	214.504	97.835	213.109

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	14.847	17.560
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	25.204	47.258
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	214.537	218.093
6.01.01.02	Depreciação e amortização	3.923	3.223
6.01.01.03	Amortização e ágio em investimentos	2.386	2.387
6.01.01.04	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	47.171	27.137
6.01.01.05	Tributos diferidos	-16	0
6.01.01.06	Juros sobre Contrato de Mútuo	-4.154	0
6.01.01.07	Resultado de equivalência patrimonial	-238.806	-204.058
6.01.01.08	Baixa de bens do ativo imobilizado	1	472
6.01.01.09	Prêmio de opções de ações	162	4
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-10.357	-29.698
6.01.02.01	Juros pagos	-9.555	-25.720
6.01.02.02	Tributos a recuperar	497	1.004
6.01.02.03	Outros créditos e despesas antecipadas	-214	-99
6.01.02.04	Fornecedores	-1.805	-1.642
6.01.02.05	Obrigações sociais	166	901
6.01.02.06	Impostos, taxas e contribuições a recolher	598	319
6.01.02.07	Outras contas a pagar	-62	-154
6.01.02.08	Imposto de renda e contribuição social pagos	18	-4.307
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	544.070	165.986
6.02.01	Aquisição de Imobilizado e intangível	-5.722	-7.177
6.02.02	Partes relacionadas - fornecedores	711	64.314
6.02.03	Dividendos recebidos	526.064	108.849
6.02.04	Transações com partes relacionadas - Mutuo	23.167	0
6.02.05	Investimento em Controladas	-150	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-196.118	-422.784
6.03.01	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-196.118	-330.634
6.03.02	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	0	-92.150
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	362.799	-239.238
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	8.306	268.131
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	371.105	28.893

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	696.715	433	78.967	0	0	776.115
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	696.715	433	78.967	0	0	776.115
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	162	-22.255	-174.799	0	-196.892
5.04.06	Dividendos	0	0	-22.255	-156.118	0	-178.373
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-18.681	0	-18.681
5.04.08	Plano de opção com base em ações	0	162	0	0	0	162
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	214.504	0	214.504
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	214.504	0	214.504
5.07	Saldos Finais	696.715	595	56.712	39.705	0	793.727

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	391.283	111	465.947	0	0	857.341
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	391.283	111	465.947	0	0	857.341
5.04	Transações de Capital com os Sócios	305.432	128	-190.805	-12.774	0	101.981
5.04.06	Dividendos	0	0	-190.805	0	0	-190.805
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-12.774	0	-12.774
5.04.08	Plano de opção com base em ações	0	128	0	0	0	128
5.04.09	Aporte de Capital por Investimento da Ecocataratas	305.432	0	0	0	0	305.432
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	213.109	0	213.109
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	213.109	0	213.109
5.07	Saldos Finais	696.715	239	275.142	200.335	0	1.172.431

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012</b>
7.01	Receitas	63.038	62.406
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	63.038	62.406
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-8.633	-6.171
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-8.633	-6.171
7.03	Valor Adicionado Bruto	54.405	56.235
7.04	Retenções	-6.309	-5.610
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.923	-3.223
7.04.02	Outras	-2.386	-2.387
7.04.02.01	Amortização de Investimentos	-2.386	-2.387
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	48.096	50.625
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	246.683	222.485
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	238.806	204.058
7.06.02	Receitas Financeiras	7.877	18.427
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	294.779	273.110
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	294.779	273.110
7.08.01	Pessoal	23.821	19.744
7.08.01.01	Remuneração Direta	20.484	17.291
7.08.01.02	Benefícios	2.204	1.660
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.133	793
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	7.110	12.005
7.08.02.01	Federais	5.865	10.757
7.08.02.03	Municipais	1.245	1.248
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	49.344	28.252
7.08.03.01	Juros	24.434	23.741
7.08.03.03	Outras	24.910	4.511
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	214.504	213.109
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	18.681	12.774
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	195.823	200.335

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2013</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2012</b>
1	Ativo Total	3.984.903	3.004.762
1.01	Ativo Circulante	1.114.834	256.891
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	905.904	68.126
1.01.01.01	Caixa e Bancos	905.904	68.126
1.01.02	Aplicações Financeiras	72.711	66.722
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	72.711	66.722
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	72.711	66.722
1.01.03	Contas a Receber	94.106	93.859
1.01.03.01	Clientes	94.106	93.859
1.01.03.01.01	Clientes	25.706	23.492
1.01.03.01.02	Clientes - Partes Relacionadas	68.400	70.367
1.01.06	Tributos a Recuperar	16.994	13.583
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	16.994	13.583
1.01.07	Despesas Antecipadas	6.231	4.369
1.01.07.01	Prêmios e Seguros a Apropriar	6.231	4.369
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	18.888	10.232
1.01.08.03	Outros	18.888	10.232
1.01.08.03.03	Outros créditos	17.452	10.232
1.01.08.03.04	Outros créditos com Partes Relacionadas	1.436	0
1.02	Ativo Não Circulante	2.870.069	2.747.871
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	184.238	197.201
1.02.01.03	Contas a Receber	5.774	20.574
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	5.774	20.574
1.02.01.06	Tributos Diferidos	152.529	150.276
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	152.529	150.276
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	315	340
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	0	878
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	0	878
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	25.620	25.133
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	13.443	13.283
1.02.01.09.04	Títulos e Valores Mobiliários	12.177	11.850
1.02.03	Imobilizado	112.291	122.680
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	112.291	122.680
1.02.04	Intangível	2.573.540	2.427.990
1.02.04.01	Intangíveis	2.573.540	2.427.990

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2013</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2012</b>
2	Passivo Total	3.984.903	3.004.762
2.01	Passivo Circulante	616.517	582.408
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	21.351	21.411
2.01.01.01	Obrigações Sociais	21.351	21.411
2.01.02	Fornecedores	45.222	45.159
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	45.222	45.159
2.01.03	Obrigações Fiscais	17.047	17.343
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	17.047	17.343
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições	16.861	17.115
2.01.03.01.03	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	186	228
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	385.072	358.727
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	206.620	187.893
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	206.620	187.893
2.01.04.02	Debêntures	178.452	170.586
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	0	248
2.01.05	Outras Obrigações	57.254	55.349
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	12.118	5.179
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	37	16
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	12.081	5.163
2.01.05.02	Outros	45.136	50.170
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	2.658	1.722
2.01.05.02.04	Credor pela Concessão	18.366	18.158
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	24.112	30.290
2.01.06	Provisões	90.571	84.419
2.01.06.02	Outras Provisões	90.571	84.419
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção	66.213	63.531
2.01.06.02.05	Provisão para construção de obras futuras	2.195	2.141
2.01.06.02.06	Provisão para imposto de renda e contribuição social	22.163	18.747
2.02	Passivo Não Circulante	2.570.304	1.643.034
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.313.451	1.391.336
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	190.144	118.333
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	190.144	118.333
2.02.01.02	Debêntures	2.123.307	1.273.003
2.02.02	Outras Obrigações	63.834	67.505
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	38
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	0	38
2.02.02.02	Outros	63.834	67.467
2.02.02.02.03	Outras contas a pagar	16.965	16.541
2.02.02.02.04	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	581	605
2.02.02.02.05	Credor pela concessão	46.288	50.321
2.02.03	Tributos Diferidos	30.604	20.658
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	30.604	20.658
2.02.04	Provisões	162.415	163.535
2.02.04.02	Outras Provisões	162.415	163.535
2.02.04.02.05	Provisões para perda tributárias, trabalhistas e cíveis	37.931	38.364
2.02.04.02.06	Provisões para manutenção	114.359	115.131

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2013</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2012</b>
2.02.04.02.07	Provisões para construção de obras futuras	10.125	10.040
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	798.082	779.320
2.03.01	Capital Social Realizado	696.715	696.715
2.03.02	Reservas de Capital	595	433
2.03.04	Reservas de Lucros	56.712	78.967
2.03.04.01	Reserva Legal	56.712	56.712
2.03.04.10	Reserva de dividendos	0	22.255
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	39.705	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	4.355	3.205

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	508.799	949.828	397.834	763.193
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-273.063	-460.638	-182.970	-319.161
3.03	Resultado Bruto	235.736	489.190	214.864	444.032
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-17.363	-35.613	-22.840	-42.210
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-17.358	-35.593	-22.858	-42.278
3.04.02.01	Amortização de ágio de investimentos	-73	-147	0	-147
3.04.02.02	Despesas operacionais, gerais e administrativas	-17.285	-35.446	-22.858	-42.131
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	18	68
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-5	-20	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	218.373	453.577	192.024	401.822
3.06	Resultado Financeiro	-63.580	-122.699	-45.168	-81.367
3.06.01	Receitas Financeiras	18.095	21.923	8.439	22.097
3.06.02	Despesas Financeiras	-81.675	-144.622	-53.607	-103.464
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	154.793	330.878	146.856	320.455
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-52.192	-112.815	-47.548	-104.852
3.08.01	Corrente	-50.203	-104.929	-42.294	-94.982
3.08.02	Diferido	-1.989	-7.886	-5.254	-9.870
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	102.601	218.063	99.308	215.603
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	102.601	218.063	99.308	215.603
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	100.470	214.504	97.835	213.109
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	2.131	3.559	1.473	2.494
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,14420	0,30788	0,14042	0,30588

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	102.601	218.063	99.308	215.603
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	102.601	218.063	99.308	215.603
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	100.470	214.504	97.835	213.109
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	2.131	3.559	1.473	2.494

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	390.576	309.320
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	605.295	526.879
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	330.878	320.455
6.01.01.02	Depreciação e amortização	83.257	72.227
6.01.01.03	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	127.441	91.636
6.01.01.04	Variação monetária com o Poder Concedente	3.636	4.846
6.01.01.05	Receita sobre títulos e valores mobiliários	-2.294	-2.261
6.01.01.06	Baixa e/Vendas do ativo imobilizado e intangível	11.296	3.974
6.01.01.07	Provisão para manutenção e para construção de obras futuras	39.660	27.615
6.01.01.08	Const de prov perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, depósitos judiciais e atual monetária	3.224	3.698
6.01.01.09	Provisão para manutenção e provisão para obras futuras - AVP	8.228	4.414
6.01.01.10	Prêmio de opções de ações	162	128
6.01.01.11	Tributos diferidos	-193	147
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-214.719	-217.559
6.01.02.01	Clientes	-247	6.332
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-3.411	-1.881
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-1.837	2.855
6.01.02.04	Outros créditos	7.580	-3.257
6.01.02.05	Fornecedores	63	-4.077
6.01.02.06	Obrigações sociais	-60	1.324
6.01.02.07	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-254	-1.435
6.01.02.08	Outras contas a pagar	-5.754	2.509
6.01.02.09	Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-3.657	-5.273
6.01.02.10	Provisão para manutenção	-45.839	-38.114
6.01.02.11	Juros pagos	-59.630	-79.048
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social pagos	-101.513	-95.338
6.01.02.13	Depósitos Judiciais	-160	-1.115
6.01.02.14	Provisão para construção de obras	0	-1.041
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-225.780	-115.806
6.02.01	Aquisição de imobilizado e intangível	-229.714	-110.427
6.02.02	Passivos com partes relacionadas	6.343	-3.510
6.02.04	Minoritarios	-2.409	-1.987
6.02.06	Recebimento pela Venda do Imobilizado	0	118
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	672.982	-470.673
6.03.01	Títulos e valores mobiliários	-4.022	1.138
6.03.02	Credor pela concessão	-7.461	-7.179
6.03.03	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures - terceiros	946.883	0
6.03.04	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures - terceiros	-66.234	-152.881
6.03.05	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	-66	-29
6.03.06	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-196.118	-330.634

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012</b>
6.03.07	Efeito do caixa e equivalentes de caixa de controladas recebido em aumento de capital	0	18.912
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	837.778	-277.159
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	68.126	431.943
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	905.904	154.784

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	696.715	433	78.967	0	0	776.115	3.205	779.320
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	696.715	433	78.967	0	0	776.115	3.205	779.320
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	162	-22.255	-174.799	0	-196.892	-2.409	-199.301
5.04.06	Dividendos	0	0	-22.255	-156.118	0	-178.373	0	-178.373
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-18.681	0	-18.681	0	-18.681
5.04.08	Plano de opção com base em ações	0	162	0	0	0	162	0	162
5.04.10	Efeito de participação de acionistas não controladores	0	0	0	0	0	0	-2.409	-2.409
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	214.504	0	214.504	3.559	218.063
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	214.504	0	214.504	3.559	218.063
5.07	Saldos Finais	696.715	595	56.712	39.705	0	793.727	4.355	798.082

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	391.283	111	465.947	0	0	857.341	3.042	860.383
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	391.283	111	465.947	0	0	857.341	3.042	860.383
5.04	Transações de Capital com os Sócios	305.432	128	-190.805	-12.774	0	101.981	-1.987	99.994
5.04.06	Dividendos	0	0	-190.805	0	0	-190.805	0	-190.805
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-12.774	0	-12.774	0	-12.774
5.04.08	Plano de opção com base em ações	0	128	0	0	0	128	0	128
5.04.09	Aporte de Capital por Investimento da Ecocataratas	305.432	0	0	0	0	305.432	0	305.432
5.04.10	Efeito de participação de acionistas não controladores	0	0	0	0	0	0	-1.987	-1.987
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	213.109	0	213.109	2.494	215.603
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	213.109	0	213.109	2.494	215.603
5.07	Saldos Finais	696.715	239	275.142	200.335	0	1.172.431	3.549	1.175.980

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012</b>
7.01	Receitas	1.029.211	833.015
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	812.515	704.104
7.01.02	Outras Receitas	28.412	34.091
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	188.284	94.820
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-342.794	-227.851
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-326.189	-205.497
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-16.605	-22.354
7.03	Valor Adicionado Bruto	686.417	605.164
7.04	Retenções	-83.404	-72.374
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-83.257	-72.227
7.04.02	Outras	-147	-147
7.04.02.01	Amortização de Investimentos	-147	-147
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	603.013	532.790
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	21.923	22.165
7.06.02	Receitas Financeiras	21.923	22.097
7.06.03	Outros	0	68
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	624.936	554.955
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	624.936	554.955
7.08.01	Pessoal	70.053	61.241
7.08.01.01	Remuneração Direta	56.790	50.375
7.08.01.02	Benefícios	10.433	8.427
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.830	2.439
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	192.198	174.647
7.08.02.01	Federais	149.354	137.280
7.08.02.03	Municipais	42.844	37.367
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	144.622	103.464
7.08.03.01	Juros	73.335	91.636
7.08.03.03	Outras	71.287	11.828
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	218.063	215.603
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	18.681	12.774
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	195.823	200.335
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	3.559	2.494

## Comentário do Desempenho

# EcoRodovias Concessões anuncia resultados do 2T13 e 1S13:

## Margem EBITDA de 56,5% no 1S13

**São Bernardo do Campo, 06 de agosto de 2013** – EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. anuncia seus resultados referentes ao segundo trimestre de 2013 (2T13) e primeiro semestre de 2013 (1S13). As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Leis n° 11.638/07, n° 11.941/09, bem como as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros - *IFRS (International Financial Reporting Standards)* e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao segundo trimestre de 2012 (2T12) e primeiro semestre de 2012 (1S12).

### DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

- A receita líquida foi de R\$ 508.799 mil no 2T13, com crescimento de 27,9% e, no 1S13, de R\$ 949.828 mil, crescimento de 24,5%.
- O EBITDA, no 2T13, foi de R\$ 260.545 mil (Margem EBITDA de 51,2%) e de R\$ 536.981 mil (Margem EBITDA de 56,5%) no 1S13.
- O lucro líquido foi de R\$ 100.470 mil no 2T13 e de R\$ 214.504 mil no 1S13, crescimentos de 2,7% e 0,7%, respectivamente.

Destaques (em milhares de R\$)	2T13	2T12	Var.	1S13	1S12	Var.
Tráfego (em milhares de veículos equivalentes pagantes)	53.329	49.512	7,7%	105.954	101.759	4,1%
Tarifa Média <sup>1</sup>	7,57	7,13	6,1%	7,67	7,28	5,3%
Receita Líquida	508.799	397.834	27,9%	949.828	763.193	24,5%
Lucro Líquido	100.470	97.835	2,7%	214.504	213.109	0,7%
EBITDA <sup>2</sup>	260.545	231.655	12,5%	536.981	474.195	13,2%
Margem EBITDA	51,2%	58,2%	-7,0 p.p.	56,5%	62,1%	-5,6 p.p.
Capex	155.288	95.166	63,1%	274.596	148.607	84,9%

<sup>1</sup> em Reais;

<sup>2</sup> EBITDA = Lucro Líquido + IRPJ/GSLL+Despesas Financeiras Líquidas+Depreciação/Amortização;

### COMPANHIA

A Companhia foi constituída em 16 de maio de 2007, com o objetivo de ser a subholding controladora dos negócios de concessão rodoviária do Grupo EcoRodovias. A principal atividade da Companhia é a exploração de concessões de obras e serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de operação de estradas de rodagem.

## Comentário do Desempenho

Atualmente, por meio de suas concessionárias Ecovias dos Imigrantes, Ecopistas, Ecovia Caminho do Mar, Ecocataratas e Ecosul, das quais detém 100% do capital social, exceto Ecosul que detém 90% do capital social, a Companhia administra rodovias nos principais corredores de importação e exportação brasileiros, detendo concessões com extensão total de 1.459,3 km de estradas de rodagem nos Estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, por onde passaram mais de 105,9 milhões de veículos equivalentes no 1S13.

Em 29 de dezembro de 2010, por meio de uma reestruturação societária no grupo, a EcoRodovias Concessões realizou a cisão parcial com a conseqüente versão do patrimônio líquido cindido à Ecocataratas, nos termos do art. 225 da Lei n. 6.404/76, onde se justifica com base na decisão da Interviente, holding do Grupo EcoRodovias, de reorganizar a gestão de seus ativos a fim de tornar mais eficiente e ágil a identificação de novas sinergias, alavancar a integração das suas áreas de atuação, proporcionar melhoria dos índices econômico-financeiros, possibilitar a otimização fiscal, consolidar o estágio diferenciado de maturidade e traduzir, na prática, a estratégia de atuação do Grupo, sendo assim, a Rodovia das Cataratas S.A - Ecocataratas passou a ser controlada diretamente pela EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. Em 30 de março de 2012, a Ecocataratas passou a ser, novamente, controlada direta da EcoRodovias Concessões e Serviços.

Modelo no setor de concessão rodoviária no Brasil, o Grupo EcoRodovias é a única holding do setor a ter cinco de suas seis concessões rodoviárias certificadas em gestão ambiental, além das certificações ISO 9001 e OHSAS 18001.

## ANÁLISE DO RESULTADO

### Desempenho Operacional

O tráfego consolidado de veículos equivalentes pagantes apresentou crescimento de 7,7% no 2T13 e 4,1% no 1S13 em relação aos mesmo períodos do ano anterior. Os principais motivos para esta variação do 2T13 estão apresentados abaixo:

**Veículos Comerciais** - O tráfego consolidado apresentou crescimento de 14,0% no 2T13 comparado ao 2T12. No estado de São Paulo, a concessionária Ecovias dos Imigrantes cresceu 13,7% no 2T13, em decorrência do grande volume de exportação de soja e açúcar e a Ecopistas cresceu 4,1%, reflexo da recuperação da indústria nesse período. No Paraná, a Ecocataratas apresentou crescimento de 13,6% ocasionado pelo aumento da safra de soja escoada pela BR-277 e a Ecovia Caminho do Mar apresentou crescimento de 6,7% devido ao melhor escoamento da safra de soja no porto de Paranaguá. No Rio Grande do Sul, a Ecosul registrou crescimento de 33,1% devido ao aumento da movimentação de soja no porto de Rio Grande.

**Veículos de Passeio** - O tráfego consolidado apresentou aumento de 1,4% no 2T13 em relação ao 2T12. Na Ecovias dos Imigrantes, a redução foi devido às condições climáticas desfavoráveis e, na Ecocataratas, observou-se redução devido à alta do dólar em relação ao real. Na Ecosul houve crescimento de 7,7%, impulsionado pela ampliação do Polo Naval de Rio Grande e ao maior fluxo de turistas uruguaios e catarinenses, na Ecovia Caminho do Mar registrou crescimento de 4,4%, devido às melhores condições climáticas na região.

## Comentário do Desempenho

Volume de Tráfego						
(em milhares de veículos equivalentes pagantes)	2T13	2T12	Var.	1S13	1S12	Var.
Ecovias dos Imigrantes	14.190	13.410	5,8%	29.272	28.628	2,2%
Ecopistas	20.610	19.960	3,3%	41.531	40.865	1,6%
Ecovia Caminho do Mar	3.913	3.685	6,2%	7.878	7.870	0,1%
Ecocataratas	6.639	6.202	7,0%	13.666	12.950	5,5%
Ecosul	7.976	6.255	27,5%	13.607	11.446	18,9%
<b>Total</b>	<b>53.329</b>	<b>49.512</b>	<b>7,7%</b>	<b>105.954</b>	<b>101.759</b>	<b>4,1%</b>

Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de eixo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em eixos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

Os últimos reajustes contratuais das tarifas básicas ocorridos nas concessionárias foram: 4,3% na Ecovias dos Imigrantes (em julho de 2012), 5,0% na Ecopistas (em julho de 2012), 4,7% na Ecovia Caminho do Mar e Ecocataratas (em dezembro de 2012) e 7,1% na Ecosul (em janeiro de 2013).

Tarifa Média						
(em R\$/ eixo equivalentes)	2T13	2T12	Var.	1S13	1S12	Var.
Ecovias dos Imigrantes	13,30	12,53	6,1%	13,38	12,65	5,8%
Ecopistas	2,58	2,46	4,9%	2,58	2,47	4,5%
Ecovia Caminho do Mar	12,80	12,18	5,1%	12,97	12,35	5,0%
Ecocataratas	8,38	8,04	4,2%	8,40	8,06	4,2%
Ecosul	7,00	6,57	6,5%	7,10	6,66	6,6%
<b>Consolidado</b>	<b>7,57</b>	<b>7,13</b>	<b>6,2%</b>	<b>7,67</b>	<b>7,28</b>	<b>5,4%</b>

Nota: o cálculo da Tarifa Média Consolidada é realizado através da média ponderada das tarifas médias de cada concessionária.

### Receita Bruta

A receita bruta consolidada, no 2T13, foi de R\$ 548.293 mil e, no 1S13, totalizou R\$ 1.209.211 mil, com crescimentos de 26,7% e 23,6%, respectivamente.

Receita Bruta						
(em milhares de R\$)	2T13	2T12	Var.	1S13	1S12	Var.
<b>Receitas de Pedágio:</b>						
Ecovias dos Imigrantes	188.689	168.007	12,3%	391.582	362.286	8,1%
Ecopistas	53.260	49.201	8,2%	107.337	100.757	6,5%
Ecovia Caminho do Mar	50.088	44.895	11,6%	102.188	97.181	5,2%
Ecocataratas	55.609	49.882	11,5%	114.856	67.657	69,8%
Ecosul	55.827	41.127	35,7%	96.552	76.222	26,7%
Receita Acessória	13.861	14.368	-3,5%	26.912	26.121	3,0%
Receita de Construção ICPC-01	130.209	63.479	105,1%	188.284	94.820	98,6%
Receita de Serviços e Logística	750	1.959	-61,7%	1.500	7.971	-81,2%
<b>Total</b>	<b>548.293</b>	<b>432.918</b>	<b>26,7%</b>	<b>1.029.211</b>	<b>833.015</b>	<b>23,6%</b>

As receitas acessórias das concessionárias de rodovias são provenientes do monitoramento de cargas especiais, painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços de utilização e exploração da faixa de domínio das concessões rodoviárias.

## Comentário do Desempenho

A receita de construção conforme estabelecido pelo ICPC 01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) – Contratos de Concessão, a realização de obras e melhorias na infraestrutura rodoviária, no valor de R\$ 188.284,2 milhões no 1S13, foram considerados como receita de construção, a valor justo. A Companhia entende que os valores contratados de terceiros para realização dessas obras estão estabelecidos a valor de mercado e, portanto não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

### Custos Operacionais e Despesas Administrativas

Os custos operacionais e despesas administrativas totalizaram R\$ 496.084 mil no 1S13, representando 52,2% da receita líquida.

Custos Operacionais e Despesas Administrativas						
(em milhares de R\$)	2T13	2T12	Var.	1S13	1S12	Var.
Pessoal	36.488	30.715	18,8%	70.053	61.241	14,4%
Conservação e manutenção	16.789	15.533	8,1%	33.489	26.776	25,1%
Serviços de terceiros (*)	16.013	18.101	-11,5%	30.179	31.956	-5,6%
Seguros	2.597	2.444	6,3%	5.119	4.693	9,1%
Poder concedente	9.726	8.547	13,8%	19.564	17.302	13,1%
Depreciação/amortização	42.099	39.562	6,4%	83.257	72.227	15,3%
Provisão para manutenção	23.631	13.964	69,2%	39.660	25.311	56,7%
Custo com construção de obras	130.209	63.479	105,1%	188.284	94.820	98,6%
Locações e aluguéis	2.591	2.559	1,3%	5.348	5.280	1,3%
Outros	10.205	10.924	-6,6%	21.131	21.686	-2,6%
<b>TOTAL</b>	<b>290.348</b>	<b>205.828</b>	<b>41,1%</b>	<b>496.084</b>	<b>361.292</b>	<b>37,3%</b>

(\*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de consultoria, serviços de limpeza, gerenciamento de riscos e vigilância.

### EBITDA

O EBITDA, no 2T13, foi de R\$ 260.545 mil (Margem EBITDA 51,2%) e de R\$ 536.981 mil (Margem EBITDA 56,5%) no 1S13. O EBITDA Ajustado, excluindo a receita de construção do saldo da receita líquida e excluindo o custo de construção e a provisão para manutenção do saldo dos custos dos serviços prestados, totalizou R\$ 284.176 mil no 2T13 e R\$ 576.641 mil no 1S13, com Margem EBITDA Ajustada de 75,1% e 75,7%, respectivamente.

EBITDA						
(em milhares de R\$)	2T13	2T12	Var.	1S13	1S12	Var.
Lucro líquido (pós-minoritários)	100.470	97.835	2,7%	214.504	213.109	0,7%
Imposto de renda e contribuição social	52.192	47.547	9,8%	112.815	104.852	7,6%
Resultado financeiro	63.580	45.167	40,8%	122.699	81.366	50,8%
Depreciação e amortização	42.099	39.560	6,4%	83.257	72.227	15,3%
Participação de minoritários	2.131	1.473	44,7%	3.559	2.494	42,7%
Outras despesas/receitas líquidas	73	73	0,0%	147	147	0,0%
<b>EBITDA</b>	<b>260.545</b>	<b>231.655</b>	<b>12,5%</b>	<b>536.981</b>	<b>474.195</b>	<b>13,2%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>51,2%</b>	<b>58,2%</b>	<b>-7,0 p.p.</b>	<b>56,5%</b>	<b>62,1%</b>	<b>-5,6 p.p.</b>

## Comentário do Desempenho

<b>EBITDA Ajustado</b> (em milhares de R\$)	<b>2T13</b>	<b>2T12</b>	<b>Var.</b>	<b>1S13</b>	<b>1S12</b>	<b>Var.</b>
EBITDA	260.545	231.655	12,5%	536.981	474.195	13,2%
Receita de construção	(130.209)	(63.479)	105,1%	(188.284)	(94.820)	98,6%
Custo de construção	130.209	63.479	105,1%	188.284	94.820	98,6%
Provisão para manutenção	23.631	13.964	69,2%	39.660	25.311	56,7%
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>284.176</b>	<b>245.619</b>	<b>15,7%</b>	<b>576.641</b>	<b>499.506</b>	<b>15,4%</b>
<b>Margem EBITDA ajustada</b>	<b>75,1%</b>	<b>73,5%</b>	<b>1,6 p.p.</b>	<b>75,7%</b>	<b>74,7%</b>	<b>1,0 p.p.</b>

### Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido consolidado, no 2T13, foi de R\$ 63.580 mil negativos e, no 1S13, de R\$ 122.699 mil negativos.

<b>Resultado Financeiro</b> (em milhares de R\$)	<b>2T13</b>	<b>2T12</b>	<b>Var.</b>	<b>1S13</b>	<b>1S12</b>	<b>Var.</b>
Juros sobre debêntures	(30.637)	(27.961)	9,6%	(58.498)	(56.338)	3,8%
Juros sobre financiamentos	(8.462)	(5.566)	52,0%	(14.837)	(12.311)	20,5%
Var. monetária debêntures. e financiamentos	(27.902)	(8.150)	242,4%	(46.996)	(17.640)	166,4%
Var. monetária sobre dir. de outorga	(1.774)	(3.000)	-40,9%	(3.636)	(4.846)	-25,0%
Receita sobre aplicação financeira	12.269	5.890	108,3%	15.494	18.932	-18,2%
Ajuste a valor presente ICPC-01	(4.459)	(2.773)	60,8%	(8.299)	(4.414)	88,0%
Outros efeitos financeiros	(2.615)	(3.607)	-27,5%	(5.927)	(4.749)	24,8%
<b>TOTAL</b>	<b>(63.580)</b>	<b>(45.167)</b>	<b>40,8%</b>	<b>(122.699)</b>	<b>(81.366)</b>	<b>50,8%</b>

### Lucro Líquido

O lucro líquido apresentado pela Companhia no 1S13 totalizou R\$ 214.504 mil, aumento de 0,7% em relação aos R\$ 213.109 mil quando comparado com o mesmo período anterior.

### Endividamento

Em 30 de junho de 2013, a dívida líquida consolidada da Companhia somou R\$ 1.707.732 mil.

<b>Credores</b> (em milhares de R\$)	<b>30/06/2013</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>Var.</b>	<b>Taxas Atuais</b>	<b>Vencimento</b>
Debêntures- EcoRodovias Concessões e Serviços	835.151	797.535	4,7%	IPCA + 5,0% a.a. / IPCA 5,35% a.a. / CDI + 0,79% a.a.	outubro/2022
Debêntures- Ecovias dos Imigrantes	164.890	226.306	-27,1%	IGP-M + 9,5% a.a. / 104,0% CDI	novembro/2014
Debêntures- Ecovias dos Imigrantes	871.383	-	-	IPCA + 3,80 a.a / IPCA + 4,28% a.a.	abril/2024
Debêntures-Ecopistas	430.335	419.749	2,5%	IPCA+8,25% a.a.	janeiro/2023
BNDES -Ecopistas	183.387	114.601	60,0%	TJLP+2,45% a.a	junho/2025
CCB- Ecovia	36.695	35.312	3,9%	114,0% do CDI	novembro/2013
CCB- Ecovia	27.126	26.117	3,9%	112,50% do CDI	dezembro/2013
CCB- Ecovia	45.986	44.312	3,8%	110% do CDI	outubro/2013

## Comentário do Desempenho

CBB- Ecosul	20.033	26.544	-24,5%	CDI + 2,032% a.a.	outubro/2014
Financiamento - Ecosul	22.953	22.099	3,9%	112,50% do CDI	dezembro/2013
Leasing- Ecovias dos Imigrantes	-	192	-100,0%	1,20% a.m	março/2013
CCB-Ecosul	37.625	36.255	3,8%	110% do CDI	outubro/2013
Financiamento – Ecocataratas	409	-	-	2,5% a.a.	outubro/2022
Financiamento - Ecocataratas	1.020	987	3,3%	TJLP+2,83% a.a.	maio/2017
BNDES – Ecocataratas	21.531	-	-	TJLP + 2,30% a.a.	julho/2018
Leasing -Ecocataratas	-	56	-100,0%	1,21% a.m.	março/2013
<b>Dívida Bruta</b>	<b>2.698.523</b>	<b>1.750.064</b>	<b>54,2%</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	905.904	68.126	1229,7%		
Aplicação financeira vinculada	84.888	78.572	8,0%		
<b>Dívida Líquida</b>	<b>1.707.731</b>	<b>1.603.366</b>	<b>6,5%</b>		

(\*) Inclui as aplicações financeiras vinculadas à liquidação das debêntures, registradas na rubrica "Títulos e valores mobiliários".

### Capex

Os investimentos realizados na EcoRodovias Concessões, no 1S13, somaram R\$ 275.597 mil, e são representados principalmente por serviços de pavimento executados pelas concessionárias.

CAPEX (em milhares de R\$)	1S13			1S12			Var. 1S13*1S12
	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	
<b>Concessões Rodoviárias</b>							
Ecovias dos Imigrantes	95.472	19.250	114.722	21.230	26.746	47.976	139,1%
Ecopistas	69.570	-	69.570	45.893	-	45.893	51,6%
Ecovia Caminho do Mar	20.187	10.519	30.706	11.537	2.035	13.572	126,2%
Ecocataratas	23.850	13.837	37.687	11.581	9.333	20.914	80,2%
Ecosul - Rodovias do Sul	14.907	2.283	17.190	13.007	7	13.014	32,1%
EcoRodovias Conc. e Serviços	5.722	-	5.722	7.174	-	7.174	-20,2%
<b>CONSOLIDADO</b>	<b>229.708</b>	<b>45.889</b>	<b>275.597</b>	<b>110.422</b>	<b>38.121</b>	<b>148.543</b>	<b>85,5%</b>

CAPEX (em milhares de R\$)	2T13			2T12			Var. 2T13*2T12
	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	
<b>Concessões Rodoviárias</b>							
Ecovias dos Imigrantes	49.716	10.578	60.294	11.871	13.920	25.791	133,8%
Ecopistas	45.076	-	45.076	33.828	-	33.828	33,3%
Ecovia Caminho do Mar	3.258	8.465	11.723	7.852	-	7.852	49,3%
Ecocataratas	15.451	6.845	22.296	5.830	9.333	15.163	47,0%
Ecosul - Rodovias do Sul	11.103	1.906	13.009	8.819	(250)	8.569	51,8%
EcoRodovias Conc. e Serviços	3.914	-	3.914	3.963	-	3.963	-1,2%
<b>CONSOLIDADO</b>	<b>128.518</b>	<b>27.794</b>	<b>156.312</b>	<b>72.163</b>	<b>23.003</b>	<b>95.166</b>	<b>64,3%</b>

### RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/A foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2013: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent

## Comentário do Desempenho

*Auditor of the Entity*". Os honorários relativos a esses trabalhos são de R\$50,4 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

\*\*\*\*\*

## Notas Explicativas

### ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.

#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (“Companhia”), tem por objetivo participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista, além de prestar serviços: administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia dos Imigrantes (SP-160), km 28,5. As ações da Companhia não são negociadas na Bolsa de Valores.

As controladas diretas da Companhia estão sumariadas na nota explicativa nº 4.

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., para o semestre findo em 30 de junho de 2013 foram autorizadas para emissão, pela Diretoria, após apreciação pelo Comitê de Auditoria, em 5 de agosto de 2013.

#### 2. BASE DE ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias da Companhia compreendem:

- As informações contábeis intermediárias individuais elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, identificadas como “Individual - BR GAAP”.
- As informações contábeis intermediárias consolidadas elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, identificadas como “Consolidado - IFRS e BR GAAP”.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações trimestrais e ao resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 2 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2012”), publicadas no dia 15 de março de 2013 nos jornais

## Notas Explicativas

Diário Oficial do Estado de São Paulo, Diário de Notícias e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br), [www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br) e [www.ecorodovias.com/ri](http://www.ecorodovias.com/ri). O balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 foi reclassificado em relação à sua última divulgação para contemplar a reclassificação abaixo:

<u>Balanço patrimonial consolidado</u>	<u>Originalmente divulgado</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>Reapresentado</u>
<u>Ativo</u>			
<u>Circulante</u>			
Títulos e valores Mobiliários	28.498	38.224	66.722
<u>Não Circulante</u>			
Tributos diferidos	50.005	100.271	150.276
Títulos e valores mobiliários	50.074	(38.224)	11.850
Intangível	<u>2.528.261</u>	<u>(100.271)</u>	<u>2.427.990</u>
	2.656.838	-	2.656.838

### 3. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

No semestre findo em 30 de junho de 2013, novas normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e IASB entraram em vigor em 1º de janeiro de 2013. A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e concluiu não haver efeitos significativos sobre os valores reportados.

### 4. INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS CONSOLIDADAS

As informações trimestrais consolidadas incluem a Companhia e suas controladas majoritariamente detidas e as participações em entidades nas quais a Companhia é considerada a beneficiária primária, ou seja, a detentora dos principais riscos e benefícios (mesmo quando a Companhia não detenha a maioria das ações com direito a voto).

A seguir estão apresentadas as participações nas controladas consolidadas:

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Controladas diretas:		
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	100%	100%
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	100%	100%
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	100%	100%
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL	90%	90%
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	100%	100%

As atividades das controladas diretas são como segue:

#### a) Controladas diretas

- A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (“Ecovias dos Imigrantes”) iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objetivo social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-

## Notas Explicativas

Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

- A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (“Ecovia Caminho do Mar”) foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.
- A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (“Ecopistas”), constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna-Carvalho Pinto.
- A Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL (“Ecosul”) foi constituída em 19 de janeiro de 1998, com início de suas operações em 1º de março de 2001. Tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, de determinados trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas.
- A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas, constituída em 3 de novembro de 1997, tem por objeto social a exploração do Lote 003 da Rodovia BR-277, trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, na região central do Estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no extremo oeste do mesmo Estado, conforme disposto em contrato de concessão assinado em 14 de novembro de 1997, resultante da Concorrência Pública Internacional nº 003/96 DER/PR, concedido pelo Estado do Paraná.

### b) Reestruturação societária

Não houveram modificações societárias no semestre findo em 30 de junho de 2013. A reestruturação ocorrida em 2012 está descrita nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2012.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Caixa e bancos	47	43	13.866	24.267
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento (a)	370.904	7.892	887.246	15.581
Certificado de Depósito Bancário - CDB (b)	<u>154</u>	<u>371</u>	<u>4.792</u>	<u>28.278</u>
	<u>371.105</u>	<u>8.306</u>	<u>905.904</u>	<u>68.126</u>

## Notas Explicativas

- (a) Fundo de investimento que se enquadra na categoria “renda-fixa – crédito privado”, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas por meio da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Para atingir seus objetivos, o Fundo deverá possuir no mínimo 80% da carteira em ativos relacionada diretamente ao seu principal fator de risco conservador, sendo composta basicamente por títulos públicos e papéis de instituições privadas. Os saldos possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e a Companhia possui o direito de resgate imediato sem o risco de mudança significativa do valor.

O Fundo não pode realizar operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

Em 30 de junho de 2013, a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 61,6% em CDB, 1,8% em títulos públicos federais, 34,0% em compromissada e 2,6% em Letras Financeiras - LF.

As aplicações financeiras vinculadas são formadas por CDBs e fundos de investimentos, remunerados à taxa de 101,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) Os recursos não vinculados se referem substancialmente a aplicações financeiras em CDB, remunerados à taxa média ponderada de 92,6% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. Os prazos de resgate variam entre um e três meses e possuem liquidez imediata, e a Companhia possui o direito de resgate imediato. A Companhia possui ainda aplicação financeira no Itaú Unibanco S.A., na qual os recursos disponíveis no fim do mês são automaticamente aplicados e remunerados à taxa de 20,0% do CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata. Em 30 de junho de 2013, o valor aplicado nessa modalidade é de R\$2.789 (R\$3.547 em 31 de dezembro de 2012).

### 6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - VINCULADOS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Os títulos e valores mobiliários são investimentos temporários, representados por títulos de alta liquidez.

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Fundo de Investimento (a)	49.454	38.224
CDBs (a)	23.257	28.498
Poupança (b)	<u>12.177</u>	<u>11.850</u>
	<u>84.888</u>	<u>78.572</u>
Circulante	<u>72.711</u>	<u>66.722</u>
Não circulante	<u>12.177</u>	<u>11.850</u>

- a) Os Fundos de Investimentos e CDBs são remunerados a taxa média ponderada de 98,6% do CDI e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários -

## Notas Explicativas

vinculados por estarem vinculadas ao processo de liquidação de remuneração das debêntures das controladas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas como garantia de recursos para pagamento de juros e principal (vide nota explicativa nº 19).

- b) Refere-se ao Termo de Compromisso de Compensação Ambiental que a controlada direta Ecopistas celebrou com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB e utilizará os recursos a título de compensação ambiental nas ações a serem definidas e deliberadas pela Câmara de Compensação Ambiental - CCA; os valores serão corrigidos pelo índice da poupança. Há um saldo de valor correspondente contabilizado no passivo não circulante referente à obrigação.

### 7. CLIENTES - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Pedágio eletrônico - partes relacionadas (*)	68.400	70.367
Pedágio eletrônico - outros	15.653	14.855
Cupons de pedágio	4.860	4.324
Loções/arrendamento de área	1.379	2.054
Cargas especiais	356	207
Arrendamento fibra óptica/faixa de domínio	1.873	1.478
Painéis publicitários	39	55
Outras contas a receber	<u>1.546</u>	<u>519</u>
	<u>94.106</u>	<u>93.859</u>

(\*) A parte relacionada Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, controlada em conjunto da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., presta serviços de administração à gestão dos meios de pagamentos “Sem Parar”. Vide nota explicativa nº 20.

Em 30 de junho de 2013, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de clientes.

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
A vencer	92.938	93.822
Vencidos:		
Até 30 dias	21	37
De 31 a 60 dias	13	-
De 61 a 90 dias	13	-
<u>De 91 a 180 dias</u>	<u>1.121</u>	<u>-</u>
	<u>94.106</u>	<u>93.859</u>

**Notas Explicativas****8. TRIBUTOS A RECUPERAR**

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	11.588	12.715	15.904	13.497
Outros	<u>629</u>	<u>-</u>	<u>1.090</u>	<u>86</u>
	<u>12.218</u>	<u>12.715</u>	<u>16.994</u>	<u>13.583</u>

**9. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO A RECEBER - CONTROLADORA (BR GAAP)**

Em 30 de junho de 2013, a Companhia possui R\$18.623 (R\$151.903 em 31 de dezembro de 2012) referentes a dividendos e juros sobre o capital próprio a receber. Os saldos em aberto conforme deliberação das AGOs de cada concessionária serão pagos até 31 de dezembro de 2013.

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - dividendos e juros sobre o capital próprio	1.268	129.573
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. - juros sobre o capital próprio	65	74
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	6.297	8.771
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas - dividendos e juros sobre o capital próprio	<u>10.993</u>	<u>13.485</u>
	<u>18.623</u>	<u>151.903</u>

A movimentação dos dividendos e juros sobre o capital próprio a receber no semestre findo em 30 de junho de 2013 está apresentada a seguir:

	<u>31/12/2012</u>	<u>Propostos</u>	<u>Recebidos</u>	<u>30/06/2013</u>
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	129.573	325.765	(454.070)	1.268
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	74	31.447	(31.456)	65
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	8.771	9.041	(11.515)	6.297
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul	-	21.707	(21.707)	-
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	<u>13.485</u>	<u>4.824</u>	<u>(7.316)</u>	<u>10.993</u>
	<u>151.903</u>	<u>392.784</u>	<u>(526.064)</u>	<u>18.623</u>

**10. DEPÓSITOS JUDICIAIS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)**

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

**Notas Explicativas**

	30/06/2013	30/06/2012
Saldos iniciais	13.283	6.640
Reestruturação societária (*)	-	2.130
Adições	949	989
Baixas	(1.248)	(841)
Atualização monetária	<u>459</u>	<u>967</u>
Saldos finais	<u>13.443</u>	<u>9.885</u>

(\*) Adição por advento de reestruturação societária.

**11. OUTRAS CONTAS A RECEBER - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)**

O saldo de R\$5.774 (R\$20.574 em 31 de dezembro de 2012) refere-se a valores de seguros a receber provenientes das chuvas que ocorreram na região do litoral do Estado do Paraná, especialmente nos municípios de Morretes, Antonina e Paranaguá, causando danos de elevada monta a estes e ao seu entorno. A Rodovia BR-277 em seu segmento compreendido entre o km 41, região da Serra do Mar, e o km 8, acesso ao município de Paranaguá, o qual está inserido no trecho concessionado, sofreu danos de médio a elevado portes, incluindo a perda total das pontes sobre os rios Jacaré, km 18,1, e Sagrado I, km 24,2. A Companhia, conforme estipulado no contrato de concessão, mantém apólice de seguro a fim de garantir o ressarcimento dos valores despendidos na recuperação da infraestrutura rodoviária e manter a circulação de seus usuários. Esses valores estão em processo de regulação pela companhia seguradora. Em 31 de março de 2013 com base na melhor estimativa de negociações com a seguradora, a Companhia reclassificou o montante de R\$14.800 para o Intangível, referentes ao investimentos realizados para recuperar as infraestruturas danificadas.

**12. INVESTIMENTOS - CONTROLADORA (BR GAAP)**

	Valores das investidas 30/06/2013		Percentual de participação direta - %		Investimento		Equivalência	
	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	30/06/2012
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	382.725	138.996	100%	100%	382.725	569.470	138.996	123.794
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	25.694	30.860	100%	100%	25.694	26.263	30.860	32.854
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto - Ecopistas	242.427	12.090	100%	100%	242.427	235.133	12.090	10.586
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	342.702	24.826	100%	100%	342.702	326.860	24.826	14.380
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul - Ecosul	43.553	35.592	90%	90%	39.199	28.849	32.034	22.444
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio	-	-	-	-	69.408	71.794	-	-
					<u>1.102.155</u>	<u>1.258.369</u>	<u>238.806</u>	<u>204.058</u>

## Notas Explicativas

A movimentação dos investimentos no semestre findo em 30 de junho de 2012 está apresentada a seguir:

	31/12/2011	Reestruturação Societária	Dividendos e JSCP	Amortização de ágio	Plano de opção com base em ações	Equivalência patrimonial	30/06/2012
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	372.483	-	(10.862)	-	23	123.794	485.438
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	28.696	-	(20.373)	-	15	32.854	41.192
Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A - Ecopistas	212.945	-	-	-	29	10.586	223.560
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL	27.374	-	(17.885)	-	20	22.444	31.953
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	-	305.432	-	-	37	14.380	319.849
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio	<u>76.566</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.387)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>74.179</u>
	<u>718.064</u>	<u>305.432</u>	<u>(49.120)</u>	<u>(2.387)</u>	<u>124</u>	<u>204.058</u>	<u>1.176.171</u>

A movimentação dos investimentos no semestre findo em 30 de junho de 2013 está apresentada a seguir:

	31/12/2012	Dividendos e JSCP propostos	Amortização de ágio	Plano de opção com base em ações	Equivalência patrimonial	30/06/2013
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	569.470	(325.765)	-	24	138.996	382.725
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	26.263	(31.447)	-	18	30.860	25.694
Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A - Ecopistas	235.133	(4.824)	-	28	12.090	242.427
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL	28.849	(21.707)	-	23	32.034	39.199
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	326.860	(9.041)	-	57	24.826	342.702
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio	<u>71.794</u>	<u>-</u>	<u>(2.386)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>69.408</u>
	<u>1.258.369</u>	<u>(392.784)</u>	<u>(2.386)</u>	<u>150</u>	<u>238.806</u>	<u>1.102.155</u>

Os principais saldos das controladas (totais de ativos, passivos, receitas e lucro do exercício) estão apresentados na nota explicativa nº 38.

**Notas Explicativas****13. IMOBILIZADO****a) Controladora (BR GAAP)**

	<u>Hardware e equipamentos de pedágio</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Terrenos</u>	<u>Edificações</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>1.576</u>	<u>282</u>	<u>459</u>	<u>1.705</u>	<u>8.278</u>	<u>653</u>	<u>12.953</u>
Adições	1.826	69	41	437	27	564	2.964
Baixas	-	-	-	-	-	(472)	(472)
Transferências	3.237	-	-	-	-	-	3.237
Depreciações	<u>(475)</u>	<u>(32)</u>	<u>(38)</u>	-	<u>(172)</u>	<u>(18)</u>	<u>(735)</u>
Saldos em 30 de junho de 2012	<u>6.164</u>	<u>319</u>	<u>462</u>	<u>2.142</u>	<u>8.133</u>	<u>727</u>	<u>17.947</u>
Taxas anuais de depreciação - %	<u>20,0</u>	<u>10,0</u>	<u>10,0</u>	-	<u>4,0</u>	<u>10,0</u>	
	<u>Hardware e equipamentos</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Terrenos</u>	<u>Edificações</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>5.740</u>	<u>485</u>	<u>449</u>	<u>1.894</u>	<u>7.964</u>	<u>1.275</u>	<u>17.807</u>
Adições	31	19	9	41	-	1.713	1.813
Baixas	-	(1)	-	-	-	-	(1)
Transferências	(5)	5	-	-	-	-	-
Depreciações	<u>(747)</u>	<u>(45)</u>	<u>(40)</u>	-	<u>(172)</u>	<u>(102)</u>	<u>(1.106)</u>
Saldos em 30 de junho de 2013	<u>5.019</u>	<u>463</u>	<u>418</u>	<u>1.935</u>	<u>7.792</u>	<u>2.886</u>	<u>18.513</u>
Taxas médias anuais de depreciação - %	<u>20,0</u>	<u>10,0</u>	<u>10,0</u>	-	<u>4,0</u>	<u>10,0</u>	

**b) Consolidado (IFRS e BR GAAP)**

	<u>Hardware e equipamentos de pedágio</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Terrenos</u>	<u>Edificações</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>43.454</u>	<u>7.152</u>	<u>4.529</u>	<u>5.066</u>	<u>16.303</u>	<u>12.781</u>	<u>89.285</u>
Reestruturação societária	2.751	1.059	645	-	3.515	4.432	12.402
Adições	7.007	1.536	255	437	137	2.887	12.259
Baixas	-	(21)	(5)	-	-	(1.170)	(1.196)
Transferências	3.533	-	-	-	152	(1.546)	(2.139)
Depreciação	<u>(7.368)</u>	<u>(858)</u>	<u>(356)</u>	-	<u>(718)</u>	<u>(974)</u>	<u>(10.274)</u>
Saldos em 30 de junho de 2012	<u>49.377</u>	<u>8.868</u>	<u>5.068</u>	<u>5.503</u>	<u>19.389</u>	<u>16.410</u>	<u>104.615</u>
Taxas anuais de depreciação - %	<u>20,0</u>	<u>10,0</u>	<u>10,0</u>	-	<u>4,5</u>	<u>13,1</u>	

**Notas Explicativas**

	Hardware e equipamentos <u>de pedágio</u>	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos	Edificações	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>49.837</u>	<u>9.662</u>	<u>5.411</u>	<u>5.255</u>	<u>18.606</u>	<u>33.909</u>	<u>122.680</u>
Adições	4.955	1.340	411	41	374	6.073	13.194
Baixas	(83)	(1)	-	-	-	(10.518)	(10.602)
Transferências	42	52	(47)	-	-	(136)	(89)
Depreciações	<u>(8.780)</u>	<u>(1.037)</u>	<u>(405)</u>	<u>-</u>	<u>(768)</u>	<u>(1.902)</u>	<u>(12.892)</u>
Saldos em 30 de junho de 2013	<u>45.971</u>	<u>10.016</u>	<u>5.370</u>	<u>5.296</u>	<u>18.212</u>	<u>27.426</u>	<u>112.291</u>
Taxas anuais médias de depreciação - %	15,5	10,0	10,0	-	5,5	10,0	

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 alguns bens (do ativo imobilizado) classificados na rubrica “Outros” (caminhões e reboque), estavam vinculados como garantia de arrendamento mercantil financeiro (vide nota explicativa nº 18). Para os empréstimos e financiamentos e para as debêntures (vide notas explicativas nº 17 e nº 19) não existem garantias dessa natureza.

No semestre findo em 30 de junho de 2013, foram capitalizados encargos financeiros de R\$917 (R\$1.213 em 31 de dezembro de 2012).

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas.

**14. INTANGÍVEL****a) Controladora (BR GAAP)**

	Intangível em <u>andamento</u>	Software	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.101	13.441	14.542
Adições	2.256	1.957	4.213
Transferências	(3.237)	-	(3.237)
Amortização	<u>-</u>	<u>(2.488)</u>	<u>(2.488)</u>
Saldos em 30 de junho de 2012	<u>120</u>	<u>12.910</u>	<u>13.030</u>
Taxas anuais de amortização - %	-	20%	-

**Notas Explicativas**

	<u>Software em andamento</u>	<u>Software</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>769</u>	<u>14.361</u>	<u>15.130</u>
Adições	18	3.891	3.909
Amortizações	<u>-</u>	<u>(2.817)</u>	<u>(2.817)</u>
Saldos em 30 de junho de 2013	<u>787</u>	<u>15.435</u>	<u>16.222</u>
Taxas médias anuais de amortização - %	-	20%	

**b) Consolidado (IFRS e BR GAAP)**

	<u>Contratos de concessão</u>	<u>Obras em andamento</u>	<u>Software</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.954.077	5.324	15.202	-	1.974.603
Reestruturação societária	397.354	303	153	9	397.819
Adições	88.220	7.877	2.071	-	98.168
Baixas	(2.539)	(357)	-	-	(2.896)
Transferências	2.323	(4.457)	(5)	-	(2.139)
Amortização	<u>(59.147)</u>	<u>-</u>	<u>(2.806)</u>	<u>-</u>	<u>(61.953)</u>
Saldos em 30 de junho de 2012	<u>2.380.288</u>	<u>8.690</u>	<u>14.615</u>	<u>9</u>	<u>2.403.602</u>
Taxas anuais de amortização - %	(a)		-	20%	-

	<u>Contratos de concessão</u>	<u>Obras em andamento</u>	<u>Software</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>2.379.103</u>	<u>31.632</u>	<u>17.246</u>	<u>9</u>	<u>2.427.990</u>
Adições	200.114	11.867	4.539	-	216.520
Baixas	(692)	-	-	(2)	(694)
Transferências	43.588	(43.499)	-	-	89
Amortização	(67.064)	-	(3.301)	-	(70.365)
Saldos em 30 de junho de 2013	<u>2.555.049</u>	<u>=</u>	<u>18.484</u>	<u>7</u>	<u>2.573.540</u>
Taxas médias anuais de amortização - %	(a)		20,0	-	

- (a) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de amortização em 30 de junho de 2013, em média, foram de 5,76% (5,17% em 31 de dezembro de 2012).

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

**Notas Explicativas****15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO**

## a) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-	-	37.931	38.364
Efeitos Regime Tributário de Transição - RTT	(119)	(19)	10.340	33.102
Ágio de Incorporações	-	-	305.942	306.374
Outros	-	-	<u>4.390</u>	<u>3.389</u>
	(119)	(19)	358.603	381.229
	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
	(41)	(6)	121.925	129.618
Ativo diferido	2	2	152.529	150.276
Passivo diferido	(43)	(8)	(30.604)	(20.658)
Ativo (Passivo) diferido líquido	(41)	(6)	121.925	129.618
			<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
2013			7.800	15.298
2014			15.600	15.298
2015			15.600	15.298
2016			15.600	15.298
2017			15.600	15.298
Após 2017			<u>82.329</u>	<u>73.786</u>
			<u>152.529</u>	<u>150.276</u>

**Notas Explicativas**

## b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	214.537	218.093	330.878	320.455
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(72.943)	(74.152)	(112.499)	(108.955)
Equivalência patrimonial	73.816	65.496	-	-
Juros sobre o capital próprio	6.351	4.343	6.351	4.343
Créditos tributários não constituídos - Prejuízo Fiscal	(6.406)	-	(6.406)	-
Imposto de renda e contribuição social sobre as adições permanentes	<u>(851)</u>	<u>(671)</u>	<u>(261)</u>	<u>(240)</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	<u>(33)</u>	<u>(4.984)</u>	<u>(112.815)</u>	<u>(104.852)</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social correntes	18	(4.978)	(104.929)	(94.982)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social diferidos	(51)	(6)	(7.886)	(9.870)

## 16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Impostos sobre faturamento:				
ISS	96	98	6.788	7.245
Cofins	611	417	4.662	4.820
PIS	133	91	1.010	1.045
ISS na fonte	12	9	1.610	1.001
INSS na fonte	26	25	1.180	1.276
IRRF	464	53	464	363
Outros impostos	<u>108</u>	<u>159</u>	<u>1.147</u>	<u>1.365</u>
	<u>1.450</u>	<u>852</u>	<u>16.861</u>	<u>17.115</u>

**Notas Explicativas****17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)**

<u>Credor</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Taxa média de juros</u>	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Em moeda nacional:				
Capital de giro (b)	Outubro de 2013	110% do CDI	83.611	80.567
Capital de giro (c)	Novembro de 2013	114% do CDI	36.695	35.312
Finame (f)	Outubro de 2022	2,5% a.a.	409	-
Capital de giro (a)	Julho de 2025	TJLP + 2,45% a.a.	183.387	114.601
Capital de giro (d)	Outubro de 2014	CDI + 2,032% a.a.	20.033	26.544
Capital de giro (g)	Dezembro de 2013	112,5% do CDI	50.079	48.215
Finame (e)	Mai de 2017	TJLP + 2,83% a.a.	1.020	987
Finame BNDES (h)	Julho de 2018	TJLP + 2,30% a.a.	<u>21.530</u>	<u>-</u>
			<u>396.764</u>	<u>306.226</u>
Circulante			<u>206.620</u>	<u>187.893</u>
Não circulante			<u>190.144</u>	<u>118.333</u>

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
2014	18.750	26.481
2015	23.806	13.446
2016	26.022	13.446
2017	25.762	13.227
Posterior a 2018	<u>95.804</u>	<u>51.733</u>
	<u>190.144</u>	<u>118.333</u>

A movimentação do saldo de empréstimos e financiamentos é conforme segue:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Saldo inicial	306.226	258.887
Adições	95.701	-
Encargo financeiro	14.837	12.229
Pagamento de juros	(6.659)	(4.868)
Pagamento do principal	<u>(13.341)</u>	<u>(10.575)</u>
Saldo final	<u>396.764</u>	<u>255.673</u>

Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

- (a) Em fevereiro de 2011, a controlada direta Ecopistas firmou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES de R\$355.396 divididos em 12 subcréditos, destinados a investimentos relativos à recuperação, conservação especial, implantação de melhorias e ampliação da capacidade do corredor formado pelas Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto. Foi liberado o 1º subcrédito de R\$99.200, e a amortização se dará mensalmente de janeiro de 2012 a setembro de 2021, em 114 parcelas. O 2º

## Notas Explicativas

subcrédito foi liberado em novembro de 2012 no valor de R\$27.999, a amortização se dará mensalmente de janeiro de 2014 a junho de 2023, em 114 parcelas. Em janeiro de 2013 foram liberados mais dois subcréditos, o primeiro no valor de R\$ 10.379 com amortização mensal de janeiro de 2016 a junho de 2025, em 114 parcelas, e o segundo no valor de R\$33.495, com amortização mensal de fevereiro de 2013 a junho de 2023, em 101 parcelas. Em março de 2013 foi liberado um subcrédito de R\$9.169 a ser pago anualmente de julho de 2016 a julho de 2025, em 10 parcelas. Em junho de 2013 foram liberados dois subcréditos, um no valor de R\$ 20.209 com amortização mensal de julho de 2013 a dezembro de 2022 em 114 parcelas e o outro no valor de R\$ 902 que será pago mensalmente de janeiro de 2016 a junho de 2025 em 114 parcelas. Entre outras, em garantia do empréstimo, a controlada direta Ecopistas cedeu todos os direitos de crédito, presentes e futuros, decorrentes da prestação dos serviços de exploração, operação, conservação e construção das praças de pedágio instaladas no sistema rodoviário e todas as receitas acessórias associadas ou decorrentes da concessão das Rodovias Ayrton Senna-Carvalho Pinto, incluindo, sem limitação a, as receitas de pedágio e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão. Os índices financeiros exigidos são: (i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%; (ii) o índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20 pontos; e (iii) a razão entre a dívida líquida e o “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA” ajustado deve ser inferior a 4,00 pontos. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

- (b) Em 11 de novembro de 2011, a controlada Ecovia celebrou contrato com o Banco do Brasil de Cédula de Crédito Bancário - CCB de R\$44.000 com a finalidade de capital de giro com vencimento em outubro de 2013.

Em novembro de 2011, a controlada direta Ecosul celebrou contrato com o Banco do Brasil de R\$36.000 com a finalidade de capital de giro, sendo a Companhia sua avalista para vencimento em outubro de 2013.

- (c) A Ecovia através de um aditivo de contrato com o Banco Bradesco prorrogou o empréstimo de R\$35.000 para vencimento em novembro de 2013. O contrato não requer a manutenção de índices financeiros (“covenants”).

Para as operações de empréstimo foram oferecidos avais como garantia de liquidação pela Companhia e a cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, caso o pagamento das notas promissórias não seja efetuado.

- (d) Em novembro de 2009 a controlada Ecosul celebrou contrato com o Banco Santander de Cédula de Crédito Bancário – CCB de R\$31.000 com a finalidade de capital de giro. Este empréstimo tem como garantia o Aval da Ecorodovias I&L e domicílio bancário.

Para o empréstimo da Ecosul é exigida a manutenção de índices financeiros (“covenants”). A razão entre seu endividamento líquido e seu “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA” deverá ser menor ou igual a 1,5, e a razão entre o EBITDA e o serviço da dívida líquida deverá ser maior ou igual a 1,5. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 30 de junho de 2013.

- (e) Em 30 de novembro de 2012, a controlada direta Ecocataratas celebrou dois contratos com o Banco do Brasil de Cédula de Abertura de Crédito Fixo, um de R\$648, em 36 parcelas

## Notas Explicativas

com vencimento em maio de 2017 com a finalidade de aquisição de dois caminhões, e o outro de R\$553, em 36 parcelas com vencimento em abril de 2017 com a finalidade de aquisição dois guinchos. Esses empréstimos não exigem a manutenção de índices financeiros (“covenants”) e são garantidos por alienação dos bens objeto dos financiamentos.

- (f) Em 08 de março de 2013 a Ecocataratas celebrou contrato de Cédula de Crédito Bancário no valor de R\$416, com vencimento em outubro de 2022 tendo como finalidade a aquisição de equipamentos. Este empréstimo não exige manutenção de índices financeiros (“covenants”). Esta operação apresenta como garantia a alienação do bem.
- (g) Em 5 de dezembro de 2012 as controladas diretas Ecovia e Ecosul celebraram contrato com o Banco Itaú de CCB nos valores de R\$26.000 e R\$22.000, respectivamente, ambas com vencimento em dezembro de 2013 com a finalidade de capital de giro. Esses empréstimos não exigem manutenção de índices financeiros (“covenants”). Esta operação de empréstimo não apresenta garantias.
- (h) Em abril de 2013 a Ecocataratas celebrou contrato de financiamento junto ao BNDES no valor total de R\$32.401, com primeiro vencimento em agosto de 2013 e ultimo vencimento em julho de 2018, com a finalidade de investimento no projeto de duplicação de parta da rodovia. Do total do contrato foram liberados R\$21.393 em 26 de abril de 2013. Este empréstimo não exige manutenção de índices financeiros (“covenants”). Esta operação apresenta como garantia Cartas de Fiança.

### 18. ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

As obrigações de arrendamento são garantidas de forma eficaz, uma vez que o ativo arrendado é revertido para o arrendador no caso de inadimplência.

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento:		
Menos de um ano	-	246
Mais de um ano e menos de cinco anos	<u>-</u>	<u>-</u>
		246
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros	<u>-</u>	<u>2</u>
Obrigações de arrendamento financeiro - saldo contábil	<u>-</u>	<u>248</u>
Circulante	<u>-</u>	<u>248</u>
Não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>

**Notas Explicativas**

A movimentação do saldo de arrendamento mercantil financeiro é conforme segue:

	Consolidado	
	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Saldo inicial	248	1.090
Incorporação de empresas	-	222
Encargos financeiros	-	82
Pagamento de juros	(10)	(57)
Pagamento do principal	<u>(238)</u>	<u>(554)</u>
Saldo final	<u>-</u>	<u>783</u>

Vide nota explicativa nº 4.b).

A contrapartida dos saldos de arrendamento mercantil financeiro está registrada na rubrica “Imobilizado”, refere-se a caminhões e apresenta valor residual de R\$973 em 30 de junho de 2013 (R\$1.278 em 31 de dezembro de 2012).

Determinados equipamentos foram arrendados por meio de contratos irrevogáveis sujeitos a encargos de 16,71% ao ano e variação de encargos de 15,25% a 17,32%, contendo cláusula de opção de compra, cuja duração dos contratos é de 36 meses. A data da última parcela do empréstimo ocorreu em junho de 2013. Os contratos não requerem a manutenção de índices financeiros (“covenants”).

**19. DEBÊNTURES**

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Principal corrigido	828.552	808.568	2.299.172	1.440.105
Remuneração (juros)	25.249	9.820	59.165	36.806
Custos com emissão de debêntures (*)	<u>(18.650)</u>	<u>(20.853)</u>	<u>(56.578)</u>	<u>(33.322)</u>
	<u>835.151</u>	<u>797.535</u>	<u>2.301.759</u>	<u>1.443.589</u>
Circulante	<u>22.940</u>	<u>7.082</u>	<u>178.452</u>	<u>170.586</u>
Não circulante	<u>812.211</u>	<u>790.453</u>	<u>2.123.307</u>	<u>1.273.003</u>

A movimentação do saldo de debêntures é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Saldo inicial	797.535	440.128	1.443.589	1.188.314
Adições	-	-	851.182	-
Encargos financeiros	47.171	27.137	112.604	79.325
Pagamento principal	-	(23.802)	(52.655)	(71.649)
Pagamento de juros	<u>(9.555)</u>	<u>(92.150)</u>	<u>(52.961)</u>	<u>(141.753)</u>
Saldo final	<u>835.151</u>	<u>351.313</u>	<u>2.301.759</u>	<u>1.054.237</u>

## Notas Explicativas

(\*) Os custos com emissão são referentes a todos os gastos que a Companhia incorreu para a emissão das debêntures, como gastos com advogados, auditores, entre outros. É sua amortização no resultado é efetuada usando o método da taxa efetiva de juros.

- a) A Companhia concluiu, em 23 de dezembro de 2009, a emissão de R\$600.000 em debêntures em três séries, sendo a primeira de R\$460.750, com prazo de vencimento de 42 meses e vencimento final em 15 de maio de 2013, e a segunda e terceira séries no montante de R\$69.625 cada uma, com prazo de vencimento de 66 e 72 meses e vencimentos finais em 15 de maio e 15 de novembro de 2015, respectivamente.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 100% do CDI, acrescido de 1,5% ao ano, paga semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

A segunda e terceira séries, também ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada à variação do IPCA e remuneração correspondente a 8,75% ao ano, pagas anualmente com diferença de seis meses entre elas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia efetuou o pagamento referente à amortização do principal da primeira, segunda e terceira séries, dos juros da primeira, segunda e terceira séries e referente à atualização monetária da primeira, segunda e terceira séries.

Essa operação tem classificação de risco “brAAA” da Standard & Poors.

Em 29 de outubro de 2012, a Companhia efetuou o pagamento da primeira emissão de debêntures referente aos juros e à amortização do principal e, em 20 de dezembro de 2012, efetuou o pagamento da segunda série da primeira emissão de debêntures e o pagamento da terceira série da primeira emissão de debêntures na mesma data.

A Companhia concluiu, em 23 de outubro de 2012, a segunda emissão de R\$800.000 em debêntures, sendo R\$240.000 referentes à primeira série com vencimento em três parcelas anuais, com a primeira a vencer em 15 de outubro de 2016 e vencimento final em 15 de outubro de 2018, R\$160.000 referentes à segunda série em duas parcelas anuais, com a primeira a vencer em 15 de outubro de 2018 e vencimento final em 15 de outubro de 2019, e R\$400.000 referentes à terceira série com vencimento em três parcelas anuais, com a primeira a vencer em 15 de outubro de 2020 e vencimento final em 15 de outubro de 2022.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 100% do CDI, acrescido de 0,79% ao ano, a segunda série tem remuneração vinculada ao IPCA, acrescido de 5% ao ano, e a terceira série tem remuneração vinculada ao IPCA, acrescido de 5,35% ao ano, as quais foram precificadas utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

O contrato referente à segunda emissão requer a manutenção de índices financeiros menores ou igual a 3,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida consolidada com o EBITDA e índices financeiros maiores ou iguais a 2,0 pontos em relação ao EBITDA. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente, considerando os últimos 12 meses. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 30 de junho de 2012.

- b) A controlada direta Ecovias dos Imigrantes concluiu, em 21 de dezembro de 2006, a emissão de R\$450.000 em debêntures em três séries, sendo a primeira de R\$135.000, com prazo de vencimento de 84 meses e vencimento final em 1º de novembro de 2013, e a

## Notas Explicativas

segunda e terceira séries de R\$157.500 cada uma, com prazo de vencimento de 90 e 96 meses com vencimentos finais em 1º de maio e 1º de novembro de 2014, respectivamente.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 104% do CDI, paga semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

A segunda e terceira séries, também ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada à variação do IGP-M e remuneração correspondente a 9,5% ao ano, pagas anualmente com diferença de seis meses entre as duas séries.

Essa operação tem classificação de risco “brAAA” da Standard & Poors.

O contrato requer a manutenção dos índices financeiros menores que 2,2 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) e índices financeiros maiores ou iguais a 1,3 ponto em relação ao EBITDA com o serviço da dívida (correspondente aos juros e principal pagos no período), tendo como base as demonstrações financeiras. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 30 de junho de 2013, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

A controlada direta Ecovias dos Imigrantes concluiu, em 07 de maio de 2013, a emissão de R\$881.000 em debêntures em duas séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$200.000, com prazo de vencimento de 84 meses e vencimento final em 15 de abril de 2020 e a segunda série de R\$681.000, com prazo de vencimento de 132 meses e vencimento final em 15 de abril de 2024, respectivamente. Essa operação tem classificação de risco “brAAA” da Standard & Poors.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 3,80% a.a. + IPCA, pago anualmente, com primeiro vencimento em abril de 2014 e último vencimento em abril de 2019, foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04. A segunda série tem remuneração de 4,28% a.a. + IPCA, paga anualmente, com primeiro vencimento em abril de 2014 e último vencimento em abril de 2024, também precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

Essa operação tem classificação de risco “brAAA” da Standard & Poors.

O contrato da 2ª emissão requer a manutenção dos índices financeiros menores que 3,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) e índices financeiros maiores ou iguais a 2,0 pontos em relação ao EBITDA com o serviço da dívida (correspondente aos juros e principal pagos no período), tendo como base as demonstrações financeiras. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses.

Em 30 de junho de 2013, todos os índices financeiros exigidos foram atendidos.

- c) A controlada Ecopistas concluiu, em 15 de janeiro de 2011, a emissão de R\$370.000 em debêntures em quatro séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 145 meses e vencimento final em 15 de janeiro de 2023, a segunda no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 136 meses e vencimento final em 15 de abril de 2022, a terceira no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 139

## Notas Explicativas

meses e vencimento final em 15 de julho de 2022, e a quarta no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 142 meses e vencimento final em 15 de outubro de 2022.

As quatro séries, ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada ao IPCA + 8,25%, paga semestralmente, e foram precificadas utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04. Essa operação tem classificação de risco brAA+ da Standard & Poors.

Os índices financeiros exigidos são: (i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%, (ii) índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20 e (iii) razão entre a dívida líquida e o EBTIDA ajustado deve ser inferior à 4,00. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

As principais características das debêntures emitidas são:

Notas Explicativas

Descrição	Companhia		Ecovias dos Imigrantes		Ecopistas	
	Forma e conversibilidade	1ª Emissão em ações	Nominativa e escritural, simples, não conversível	2ª Emissão em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações
Quantidade emitida	800.000 (em três séries)	45.000 (em três séries)	881 (em duas séries)	881 (em duas séries)	370 (em quatro séries)	
Valor nominal unitário na data de emissão	R\$10	R\$10,00	R\$1.000,00	R\$1.000,00	R\$1.000	
Valor nominal unitário atualizado em 30 de junho de 2013	1ª série - não atualizável 2ª série - R\$10,87 3ª série - R\$10,90	1ª série - não atualizável 2ª série - R\$3,06 3ª série - R\$6,39	1ª série - R\$1.018,95 2ª série - R\$1.019,78	1ª série - R\$1.018,95 2ª série - R\$1.019,78	1ª série - R\$1.188,28 2ª série - R\$1.126,71 3ª série - R\$1.235,94 4ª série - R\$1.211,68	
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IPCA	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IGP-M	1ª e 2ª série - IPCA	1ª e 2ª série - IPCA	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - IPCA + 8,25% a.a.	
Remuneração (juros e correção)	1ª série - 100% do CDI + 0,79% a.a. 2ª série - IPCA + 5,00% a.a. 3ª série - IPCA + 5,35% a.a.	1ª série - 104% do CDI 2ª e 3ª séries - 9,5% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado	1ª série - 3,80% a.a. + IPCA 2ª série - 4,28% a.a. + IPCA	1ª série - 3,80% a.a. + IPCA 2ª série - 4,28% a.a. + IPCA	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - IPCA + 8,25% a.a.	
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: parcelas semestrais (15/04/13 a 15/10/18) 2ª série: parcelas anuais (15/10/13 a 15/10/19) 3ª série: parcelas anuais (15/10/13 a 15/10/22)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/07 a 01/05/13) 2ª série: parcelas anuais (01/05/08 a 01/05/14) 3ª série: parcelas anuais (01/11/07 a 01/11/14)	1ª série: parcelas anuais (15/04/2014 a 15/04/2020) 2ª série: parcelas anuais (15/04/2014 a 15/04/2024)	1ª série: parcelas anuais (15/04/2019 a 15/04/2020) 2ª série: parcelas anuais (15/04/2022 a 15/04/2024)	1ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/01/13 a 15/01/23) 2ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/04/12 a 15/04/22) 3ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/07/12 a 15/07/22) 4ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/10/12 a 15/10/22)	
Vencimento da amortização	1ª série: parcelas anuais (15/10/16 a 15/10/18) 2ª série: parcelas anuais (15/10/18 a 15/10/19) 3ª série: parcelas anuais (15/10/20 a 15/10/22)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/10 a 01/11/13) 2ª série: parcelas anuais (01/05/10 a 01/05/14) 3ª série: parcelas anuais (01/11/10 a 01/11/14)	1ª série: parcelas anuais (15/04/2019 a 15/04/2020) 2ª série: parcelas anuais (15/04/2022 a 15/04/2024)	1ª série: parcelas anuais (15/04/2019 a 15/04/2020) 2ª série: parcelas anuais (15/04/2022 a 15/04/2024)	1ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/01/13 a 15/01/23) 2ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/04/12 a 15/04/22) 3ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/07/12 a 15/07/22) 4ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/10/12 a 15/10/22)	
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	Não aplicável	Retenção em conta de depósito (aplicação) vinculada de 50% dos valores creditados em corrente -corrente a partir do sexto dia de cada mês até atingir o montante equivalente à parcela do valor estimado devido no mês em vigor.	n/a	n/a	a) Para cada subcrédito em TJLP concedido pelo BNDES, por meio do Contrato BNDES, até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a três vezes o valor da primeira parcela vinculada da amortização de principal e encargos da dívida; e, após o pagamento da primeira parcela, a quantia equivalente a três vezes o valor da soma da última parcela vencida de amortização de principal e encargos da dívida (até 15 dias contados da data da última prestação vencida). b) Para cada subcrédito em IPCA concedido pelo BNDES, por meio do Contrato BNDES, até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a 1/3 do valor referente ao desembolso realizado, dividido pelo número total de prestações do subcrédito; e, após o pagamento da primeira parcela de amortização de principal e encargos da dívida, a quantia equivalente a ¼ do valor da última parcela vencida de amortização de principal e encargos de subcrédito (até três meses antes do vencimento de cada prestação).	
Instituição depositária das debêntures	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.	Itaú Unibanco S.A.	
Local de pagamento	CETIP	CETIP e CBLC	CETIP E BMF&BOVESPA	CETIP E BMF&BOVESPA	CETIP e/ou BOVESPAFIX	
Instituição responsável pela conta de reserva	Não aplicável	Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.	n/a	n/a	Itaú Unibanco S.A.	
Agente fiduciário	Oliveira Trust DTVM S.A	Oliveira Trust DTVM S.A.	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Planner Trustee DTVM Ltda.	
Garantias	Não aplicável	Penhor de 99,99% das ações e cessão fiduciária de direitos creditórios do pedágio	n/a	n/a	Alienação fiduciária de 100% das ações da Ecopistas e alienação fiduciária de 100% dos créditos oriundos do pedágio	
Cláusulas de repactuação das debêntures	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	

**Notas Explicativas**

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	Controladora (BR GAAP)					
	30/06/2013			31/12/2012		
	<u>Parcela</u>	<u>Custo</u>	<u>Total</u>	<u>Parcela</u>	<u>Custo</u>	<u>Total</u>
2014	-	(634)	(634)	-	(2.738)	(2.738)
2015	-	(3.105)	(3.105)	-	(2.738)	(2.738)
2016	79.992	(2.990)	77.002	79.992	(2.738)	77.254
2017	79.992	(2.888)	77.104	79.992	(2.738)	77.254
A partir de 2018	<u>668.568</u>	<u>(6.724)</u>	<u>661.844</u>	<u>648.584</u>	<u>(7.163)</u>	<u>641.421</u>
	<u>828.552</u>	<u>(16.341)</u>	<u>812.211</u>	<u>808.568</u>	<u>(18.115)</u>	<u>790.453</u>

  

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)					
	30/06/2013			31/12/2012		
	<u>Parcela</u>	<u>Custo</u>	<u>Total</u>	<u>Parcela</u>	<u>Custo</u>	<u>Total</u>
2014	54.591	(1.692)	52.899	107.074	(4.377)	102.697
2015	18.559	(7.414)	11.145	17.929	(3.851)	14.078
2016	102.249	(7.177)	95.072	101.493	(3.851)	97.642
2017	110.808	(7.464)	103.344	109.762	(3.851)	105.911
A partir de 2018	<u>1.886.908</u>	<u>(26.061)</u>	<u>1.860.847</u>	<u>965.070</u>	<u>(12.395)</u>	<u>952.675</u>
	<u>2.173.115</u>	<u>(49.808)</u>	<u>2.123.307</u>	<u>1.301.328</u>	<u>(28.325)</u>	<u>1.273.003</u>

A Taxa Interna de Retorno - TIR das transações está demonstrada a seguir:

<u>Emissora</u>	<u>Série</u>	<u>Data</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Despesas com emissão</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Taxa de juros</u>	<u>TIR</u>
Companhia	Debêntures - 1ª série	23/10/12	240.000	(6.196)	233.804	CDI + 0,79%	CDI + 1,09%
	Debêntures - 2ª série	23/10/12	160.000	(4.156)	155.844	5,00%+ IPCA	5,20% + IPCA
	Debêntures - 3ª série	23/10/12	400.000	(10.502)	389.498	5,35%+ IPCA	5,63% + IPCA
Ecovias dos Imigrantes	1ª Emissão Debêntures - 1ª série	01/11/06	135.000	(2.677)	132.323	104% do CDI	107% do CDI
	Debêntures - 2ª série	01/11/06	157.500	(3.124)	154.376	9,5% + IGP-M	10,32%+ IGP-M
	Debêntures - 3ª série	01/11/06	157.500	(3.124)	154.376	9,5% + IGP-M	10,35%+ IGP-M
	2ª Emissão Debêntures - 1ª série	15/04/13	200.000	(6.769)	193.231	IPCA + 3,80% a.a.	IPCA + 4,25% a.a.
	Debêntures - 2ª série	15/04/13	681.000	(23.049)	657.951	IPCA + 4,28% a.a.	IPCA + 4,54% a.a.
Ecopistas	Debêntures - 1ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,84%
	Debêntures - 2ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,97%
	Debêntures - 3ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,91%
	Debêntures - 4ª série	15/01/11	<u>92.500</u>	<u>(3.167)</u>	<u>89.333</u>	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,87%
			<u>2.501.000</u>	<u>(72.265)</u>	<u>2.428.735</u>		

**Notas Explicativas****20. PARTES RELACIONADAS**

A Companhia e suas controladas contratam serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços administrativos e financeiros.

Em 30 de junho de 2013, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	Natureza	Controladora (BR GAAP)	
		30/06/2013	31/12/2012
<b>Ativo:</b>			
Circulante:			
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (c)	Controlada	1.539	2.926
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. (c)	Controlada	391	371
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (c)	Controlada	4.999	4.722
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (c)	Controlada	1.842	1.751
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (c)	Controlada	665	-
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (k)	Controlada	27	-
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. (k)	Controlada	42	-
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (h)	Controlada	-	-
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (k)	Controlada	32	-
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. (i)	Controlada	35	-
Elog Sudeste S.A. (c)	Outras partes relacionadas	1.408	-
Tecondi Term. Cont. Mg. Direita S.A. (h)	Outras partes relacionadas	21	-
Termares Term.Maritimos Especializ.Ltda. (h)	Outras partes relacionadas	-	-
		<u>11.001</u>	<u>9.770</u>
Não circulante:			
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (b)	Controlada	10.260	31.800
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (a)	Controlada	83.685	81.158
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (k)	Controlada	-	159
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. (k)	Controlada	-	131
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (h)	Controlada	-	3
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (k)	Controlada (*)	-	188
Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. (h)	Outras partes relacionadas	-	1
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (c)	Controlada	-	628
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. (i)	Controlada	-	306
Elog Sudeste S.A. (c)	Outras partes relacionadas	-	359
ELG-01 Participações Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	504
		<u>93.945</u>	<u>115.237</u>
<b>Total do ativo</b>		<u>104.946</u>	<u>125.007</u>
<b>Passivo:</b>			
Circulante-			
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. (i)	Controlada	35	-
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (h)	Controlada	8	-
Tecondi - Terminal para Contêineres da Margem Direita S.A. (h)	Outras partes relacionadas	<u>1</u>	<u>16</u>
		44	16

**Notas Explicativas**

		Controladora (BR GAAP)	
		<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
		<u>Natureza</u>	
Não circulante-			
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. (i)	Controlada	-	306
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (h)	Controlada	-	1
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (h)	Controlada	<u>-</u>	<u>58</u>
		<u>-</u>	<u>365</u>
Total do passivo		<u>44</u>	<u>381</u>
		Controladora (BR GAAP)	
		<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
		<u>Natureza</u>	
Resultado:			
Receita:			
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (c)	Controlada	9.871	9.383
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (i)	Controlada	106	-
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (c)	Controlada	2.540	2.415
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (c)	Controlada	32.904	31.089
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (c)	Controlada	11.818	11.233
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (c)	Controlada	4.298	4.061
ELG-01 Participações Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	238
Elog Sudeste S.A. (c)	Outras partes relacionadas	<u>1.500</u>	<u>3.988</u>
		<u>63.037</u>	<u>62.407</u>
Juros de mútuo:			
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (a)	Controlada	3.260	5.604
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (b)	Controlada	<u>894</u>	<u>3.096</u>
		<u>4.154</u>	<u>8.700</u>
Despesa-			
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (l)	Controlada	109	119
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (i)	Controlada	<u>106</u>	<u>-</u>
		<u>215</u>	<u>119</u>
		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
		<u>Natureza</u>	
Ativo:			
Circulante:			
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP (g)	Outras partes relacionadas	68.400	70.367
Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. (h)	Outras partes relacionadas	7	-
Elog Sudeste S.A. (c)	Outras partes relacionadas	1.408	-
Tecondi Term. Cont. Mg. Direita S.A. (h)	Outras partes relacionadas	<u>21</u>	<u>-</u>
		69.836	70.367
Não circulante:			
Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. (h)	Outras partes relacionadas	-	17
ELG-01 Participações Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	502
Elog Sudeste S.A. (c)	Outras partes relacionadas	<u>-</u>	<u>359</u>
		<u>-</u>	<u>878</u>

**Notas Explicativas**

	Natureza	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		30/06/2013	31/12/2012
<b>Intangível:</b>			
TB Transportadora Betumes Ltda. (f)	Outras partes relacionadas	935	1.087
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (f)	Outras partes relacionadas	9.484	5.631
SBS Engenharia e Construções S.A. (e)	Outras partes relacionadas	6.935	14.574
Consórcio Serra do Mar (d)	Outras partes relacionadas	<u>48.412</u>	<u>45.338</u>
		65.766	66.630
<b>Total do ativo</b>		<u><b>135.602</b></u>	<u><b>137.875</b></u>
<b>Passivo:</b>			
<b>Circulante - contas a pagar:</b>			
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (j)	Controladora	37	-
TB Transportadora Betumes Ltda. (f)	Outras partes relacionadas	41	138
SBS Engenharia e Construções S.A. (e)	Outras partes relacionadas	1.349	-
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (h)	Controladora	-	16
Tecondi Term. Cont. Mg. Direita S.A. (h)	Outras partes relacionadas	-	16
Consórcio Serra do Mar (d)	Outras partes relacionadas	10.033	3.501
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (f)	Outras partes relacionadas	<u>658</u>	<u>1.508</u>
		<u>12.118</u>	<u>5.179</u>
<b>Não circulante - contas a pagar-</b>			
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (j)	Controladora	-	38
<b>Total do passivo</b>			<u><b>5.217</b></u>
		<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
<b>Resultado-</b>			
<b>Receita:</b>			
Elog Sudeste S.A. (c)	Outras partes relacionadas	1.500	3.989
ELG-01 Participações Ltda.(c)	Outras partes relacionadas	-	<u>238</u>
		<u>1.500</u>	<u>4.227</u>
<b>Despesa:</b>			
STP - Serviços Tecnologia e Pagamentos (g)	Outras partes relacionadas	1.605	-
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (l)	Outras partes relacionadas	<u>109</u>	<u>119</u>
		<u>1.714</u>	<u>119</u>

As operações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

- O valor de R\$83.685 (R\$81.158 em 31 de dezembro de 2012) refere-se a contrato de mútuo com a Ecopistas. O mútuo será corrigido a partir da data de seu desembolso até a data de seu efetivo pagamento, com base na variação de 100% do CDI com vencimento até 31 de março de 2014.
- O valor de R\$10.260 (R\$31.800 em 31 de dezembro de 2012) refere-se a contrato de mútuo com a Ecocataratas. O mútuo será corrigido a partir da data de seu desembolso até a data de seu efetivo pagamento, com base na variação do CDI, acrescido de juros de 1,20% ao ano, com vencimento até 31 de dezembro de 2015.
- A Companhia presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de aproximadamente R\$124.363, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano. O saldo em aberto das faturas de serviços em 30 de junho de 2013 é de R\$10.844.(R\$12.049 em 31 de dezembro de 2012).

## Notas Explicativas

- (d) O Consórcio Serra do Mar, formado pelas partes relacionadas à controladora EcoRodovias: C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., Cigla Construtor Impregilo Associados S.A. e Impregilo SPA Sucursal Brasil, presta serviços de construção de faixas operacionais, baias de emergência, travessia da terceira faixa da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega e viadutos na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, pavimentação nas rodovias que compõem o Sistema Anchieta-Imigrantes e praças de pedágio da controlada Ecovias dos Imigrantes e contratação de serviços emergenciais de contenção de encosta. O preço global firmado para a execução dos serviços contratados entre a Ecovias e o Consórcio Serra do Mar é de R\$326.284. Deste total, foram incorridos R\$99.406 e há um saldo de R\$226.878 de serviços a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.
- (e) A SBS Engenharia e Construções S.A., que possui 10% da Ecosul. Presta serviços de pavimentação e engenharia no complexo rodoviário e manutenção nas rodovias das controladas Ecosul e Ecovia Caminho do Mar. O preço global firmado para a execução dos serviços contratados entre a Ecosul e a SBS Engenharia e Construções S.A. é de R\$31.485 e entre a Ecovia Caminho do Mar e a SBS Engenharia e Construções S.A. é de R\$14.000, incluindo aditivo contratual em ambos os contratos. Em 30 de junho de 2013, há um saldo de R\$31.801 de serviços a incorrer com esses contratos. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.
- (f) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., formada pelos acionistas da parte relacionada C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., controladora da EcoRodovias Infraestrutura, prestam serviços de fornecimento e transporte de material asfáltico à Rodovias das Cataratas S.A., à Ecovia Caminho do Mar e às Concessionárias das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas - Ecopistas. O preço global firmado para a execução dos serviços contratados entre a Companhia, a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e a TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$9.192, incluindo o aditivo contratual. Em 30 de junho de 2013, há um saldo de R\$4.012 a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.
- (g) A parte relacionada Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, controlada em conjunto da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., presta serviços de administração à gestão dos meios de pagamentos "Sem Parar". O saldo a receber de R\$68.400 tem vencimento de até 45 dias, não está sujeito a juros nem à atualização monetária e não foram concedidos avais e garantias.
- (h) O saldo refere-se à transferência de funcionários entre as empresas (provisões de 13º salário e férias), os saldos têm vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a juros nem à atualização monetária e não foram concedidos avais e garantias.
- (i) A Companhia celebrou em 27 de julho de 2011 contrato de permissão especial de uso oneroso de faixa de domínio com a controlada Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul e celebrou em 14 de dezembro de 2012 contrato de locação de fibra óptica com permissão de uso de duto com a mesma controlada.
- (j) Refere-se ao aluguel de imóvel, onde está localizada a sede da Ecosul. O saldo a vencer tem vencimento em 30 dias.
- (k) A Companhia celebrou contrato de compartilhamento de custos e despesas administrativas com suas controladas Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul, Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. e Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas, com o objetivo de ratear os custos e as despesas comuns à Companhia e às suas controladas na realização de atividades administrativas compartilhadas. O prazo do contrato é de 1º de junho de 2012 a 22 de abril de 2013.
- (l) A companhia celebrou contrato de locação de seu prédio administrativo localizado na Rodovia dos Imigrantes km 28,5 com sua controlada direta Ecovias dos Imigrantes. O valor mensal da locação é de R\$ 18.

### Remuneração dos administradores

As políticas de remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia, assim como o pagamento, são fixadas e assumidas pela controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

**Notas Explicativas****21. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS**

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Salários e outras obrigações a pagar	2.059	3.588	5.077	9.512
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a recolher	690	785	1.900	1.883
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS a recolher	176	83	443	387
IRRF a recolher	298	482	539	881
Contribuição Sindical a recolher	1	2	20	17
Provisão 13º salário	1.010	-	2.597	-
Encargos sobre provisões de 13º salário a recolher	376	-	966	-
Provisão de férias	2.815	2.460	7.123	6.351
Encargos sobre provisões de férias a recolher - INSS e FGTS	<u>1.063</u>	<u>922</u>	<u>2.686</u>	<u>2.380</u>
	<u>8.488</u>	<u>8.322</u>	<u>21.351</u>	<u>21.411</u>

As provisões de salários e encargos foram registradas no resultado da Companhia nas rubricas “Custos dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”, de acordo com a alocação do empregado.

**22. CREDOR PELA CONCESSÃO - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)**

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Parcelas:		
Fixas	62.019	65.432
Variáveis	<u>2.635</u>	<u>3.047</u>
	<u>64.654</u>	<u>68.479</u>
Circulante	<u>18.366</u>	<u>18.158</u>
Não circulante	<u>46.288</u>	<u>50.321</u>

Conforme o contrato de concessão da controlada Ecovias dos Imigrantes, firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo é subdividido em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas - FGV. Em 30 de junho de 2013, restam 59 parcelas a vencer e os pagamentos corresponderam a 75,42% do total (73,33% em 31 de dezembro de 2012).

De acordo com o contrato de concessão da controlada Ecopistas, firmado em 18 de junho de 2009, o pagamento do ônus fixo foi subdividido em uma parcela à vista de 20% e o saldo restante em 18 parcelas fixas mensais, iguais e consecutivas, reajustáveis pela variação do IPCA-IBGE. Em 30 de junho de 2013, todas as parcelas haviam sido quitadas.

## Notas Explicativas

A parcela variável é calculada mensalmente com base em 3% da receita de arrecadação nas controladas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas e 1% na Ecosul.

As controladas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas mantêm em vigor coberturas de seguros contra riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades abrangidas pela concessão. Todas as apólices de seguro incluem o Poder Concedente e a Companhia como cossegurados e possuem como prazo mínimo de vigência o período de 12 meses. As coberturas de seguro deverão ser mantidas em plena vigência até a assinatura do termo de devolução definitivo do sistema rodoviário. Além dos seguros exigíveis pela legislação aplicável, serão contratadas e mantidas em vigor, por todo o tempo da concessão, as coberturas de seguro dos tipos riscos operacionais, riscos de engenharia e responsabilidade civil de empresas concessionárias de rodovias.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
2014	6.193	13.452
2015	12.499	12.285
2016	11.415	11.219
Posteriores a 2017	<u>16.181</u>	<u>13.365</u>
	<u>46.288</u>	<u>50.321</u>

A movimentação do credor pela concessão está demonstrada a seguir:

	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Saldo inicial	68.479	72.181
Variação monetária sobre credor pela concessão	3.636	4.846
Pagamento do principal	<u>(7.461)</u>	<u>(7.179)</u>
Saldo final	<u>64.654</u>	<u>69.848</u>

### 23. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, a serem realizadas durante o período das concessões, ajustados a valor presente a taxas de 9,62% ao ano, em média. Os valores são provisionados por trecho, e as intervenções ocorrem, em média, a cada quatro anos, estando demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2011</u>	Reestruturação <u>Societária</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa</u>	Efeito <u>financeiro</u>	<u>30/06/2012</u>
Constituição da provisão para manutenção	242.101	201.124	34.374	-	-	477.599
Efeito do valor presente sobre a constituição	(43.966)	(54.662)	(6.760)	-	-	(105.388)
Realização da manutenção	(138.443)	(78.578)	-	(38.114)	-	(255.135)
Ajuste a valor presente - realizações	<u>23.725</u>	<u>24.216</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.008</u>	<u>51.949</u>
	<u>83.417</u>	<u>92.100</u>	<u>27.614</u>	<u>(38.114)</u>	<u>4.008</u>	<u>169.025</u>
Circulante	<u>24.854</u>					<u>47.804</u>
Não circulante	<u>58.563</u>					<u>121.221</u>

**Notas Explicativas**

	<u>31/12/2012</u>	<u>Adição</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>30/06/2013</u>
Constituição da provisão para manutenção	520.688	47.991	-	-	568.679
Efeito do valor presente sobre a constituição	(113.490)	(8.331)	-	-	(121.821)
Realização da manutenção	(285.854)	-	(45.839)	-	(331.693)
Ajuste a valor presente - realizações	<u>57.318</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8.089</u>	<u>65.407</u>
	<u>178.662</u>	<u>39.660</u>	<u>(45.839)</u>	<u>8.089</u>	<u>180.572</u>
Circulante	<u>63.531</u>				<u>66.213</u>
Não circulante	<u>115.131</u>				<u>114.359</u>

#### 24. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2011</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>30/06/2012</u>
Constituição da provisão para obras futuras	21.078	-	-	21.078
Efeito do valor presente sobre a constituição	(10.010)	-	-	(10.010)
Realização da construção	(4.238)	(1.041)	-	(5.279)
Ajuste a valor presente - realizações	<u>7.626</u>	<u>-</u>	<u>406</u>	<u>8.032</u>
	<u>14.456</u>	<u>(1.041)</u>	<u>406</u>	<u>13.821</u>
Circulante	<u>12.527</u>			<u>11.807</u>
Não circulante	<u>1.929</u>			<u>2.014</u>

	<u>31/12/2012</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>30/06/2013</u>
Constituição da provisão para obras futuras	21.179	-	-	21.179
Efeito do valor presente sobre a constituição	(10.011)	-	-	(10.011)
Realização da construção	(7.426)	-	-	(7.426)
Ajuste a valor presente - realizações	<u>8.439</u>	<u>-</u>	<u>139</u>	<u>8.578</u>
	<u>12.181</u>	<u>-</u>	<u>139</u>	<u>12.320</u>
Circulante	2.141			2.195
Não circulante	10.040			10.125

#### 25. PROVISÃO PARA PERDAS TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Os diversos processos em andamento são de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia e de suas controladas. A provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis foi constituída para os processos cujas possibilidades de perda

## Notas Explicativas

foram avaliadas como prováveis com base na opinião dos advogados e consultores legais da Companhia.

A movimentação e o saldo do semestre findo em 30 de junho de 2013 e 2012 são como segue:

	Consolidado			
	Cíveis (a)	Trabalhistas (c)	Tributárias (b)	Total
Saldos em 1º. de janeiro de 2012	<u>16.548</u>	<u>8.392</u>	<u>1.770</u>	<u>26.710</u>
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	562	1.572	258	2.392
(-) Pagamentos	(4.173)	(1.088)	(12)	(5.273)
(+) Atualização monetária	657	486	163	1.306
(+/-) Reestruturação societária	<u>3.803</u>	<u>1.700</u>	-	<u>5.503</u>
Saldos em 30 de junho de 2012	<u>17.397</u>	<u>11.062</u>	<u>2.179</u>	<u>30.638</u>

	Consolidado			
	Cíveis (a)	Trabalhistas (c)	Tributárias (b)	Total
Saldos em 1º. de janeiro de 2013	<u>17.727</u>	<u>17.959</u>	<u>2.678</u>	<u>38.364</u>
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	690	853	308	1.851
(-) Pagamentos	(1.209)	(2.448)	-	(3.657)
(+) Atualização monetária	719	549	105	1.373
(+/-) Reclassificações	<u>(103)</u>	<u>56</u>	<u>47</u>	-
Saldos em 30 de junho de 2013	<u>17.824</u>	<u>16.969</u>	<u>3.138</u>	<u>37.931</u>

### (a) Processos cíveis

Correspondem, principalmente, a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia e suas controladas possuem outros processos de natureza cível que totalizam, em 30 de junho de 2013, R\$39.130 (R\$14.904 em 31 de dezembro de 2012), avaliadas como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

- A controlada direta Ecovias possui uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo por entender que a concessionária não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativo à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Os pedidos pleiteados em sede de tutela antecipada foram rejeitados e foi negado provimento ao agravo de instrumento interposto para reverter essa decisão. Atualmente, os autos principais da ação civil pública estão aguardando a devolução de carta precatória para citação da Ecovias. Foi estimado R\$19.168 (R\$19.034 em 31 de dezembro de 2012) para essa causa e sua probabilidade de perda está avaliada como possível, portanto, sem constituição de provisão, em razão da fase processual e dos argumentos de defesa que serão apresentados nos autos da ação civil pública.

### (b) Processos tributários

Em 30 de junho de 2013, também existem outros processos de natureza tributária que totalizam R\$13.960 (R\$6.352 em 31 de dezembro de 2012), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão. Os principais processos tributários classificados como possíveis são conforme segue:

## Notas Explicativas

- Processos administrativos fiscais decorrentes de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em Pelotas - RS, pelo não recolhimento de valores de IRPJ e CSLL relativos ao pagamento de participação nos lucros e resultados a diretores da controlada indireta Ecosul e ao questionamento quanto à taxa de depreciação de benfeitorias realizadas em imóveis objeto da concessão, cuja perda foi avaliada como possível pelos consultores legais. O valor estimado em 30 de junho de 2013 é de R\$5.035 (R\$4.938 em 31 de dezembro de 2012).

### (c) Processos trabalhistas

Correspondem, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 30 de junho de 2013, também existem outros processos de mesma natureza que totalizam R\$22.714 (R\$13.177 em 31 de dezembro de 2012), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

- O principal processo trabalhista da controlada direta Ecocataratas é uma ação de responsabilidade subsidiária referente à reclamação trabalhista contra a Qualix Serviços Ambientais S.A., empresa pertencente ao Grupo Sideco (ex-acionista da Companhia). Em 1º de agosto de 2011, a Ecocataratas ofereceu carta de fiança pela qual o Banco Bradesco S.A. afiançou o valor da execução de R\$6.439. A ação foi julgada procedente em primeira instância contra as reclamadas, tendo em 30 de novembro de 2012 sido constituída provisão de R\$7.127. Por força do contrato de compra e venda celebrado entre a Sideco S.A. e a controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., há o dever de indenização por parte dos ex-acionistas em caso de materialização da perda.

## 26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o capital social é de R\$696.715 e está representado por 696.715 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

### b) Capital autorizado

Conforme Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social para até R\$1.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, sem direito de preferência para os antigos acionistas, desde que destinados os valores mobiliários: (i) à venda em bolsa de valores ou subscrição pública; (ii) à permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle; ou (iii) nos termos de lei especial de incentivos fiscais. É vedada à Companhia a emissão de partes beneficiárias.

## Notas Explicativas

### c) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social.

### d) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O montante de dividendos pagos em 2013 no valor de R\$196.118 refere-se a: R\$22.254 saldo de dividendos remanescentes de 2012, aprovado na Assembléia Geral Ordinária realizada em 25 de abril de 2013; R\$173.864 dividendos intermediários e juros sobre o capital próprio do exercício de 2013, calculados conforme segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Lucro líquido do exercício	214.504	436.431
Constituição da reserva legal	<u>-</u>	<u>(21.821)</u>
Base de cálculo dos dividendos	<u>214.504</u>	<u>414.610</u>
Dividendos intermediários pagos	156.118	367.744
Juros sobre o capital próprio pagos	<u>17.746</u>	<u>24.612</u>
Saldo de dividendos	<u>40.640</u>	<u>22.254</u>
Dividendos pagos em 2013	=	<u>22.254</u>

### e) Participações de acionistas não controladores

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Saldo inicial	3.205	3.042
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(2.409)	(5.104)
Participação nos lucros do exercício	<u>3.559</u>	<u>5.267</u>
Saldo final	<u>4.355</u>	<u>3.205</u>

### f) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

Conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária - AGE da controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., datada de 31 de agosto de 2010, foi aprovado Plano Geral para Outorga de Opção de Compra de Ações aos diretores e empregados do Grupo EcoRodovias. O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura é o responsável por definir e administrar o referido plano.

O plano de opção com base em ações tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da EcoRodovias Infraestrutura de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos. São elegíveis para participar os diretores estatutários da EcoRodovias Infraestrutura e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da EcoRodovias Infraestrutura.

## Notas Explicativas

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social efetivamente emitidas pela EcoRodovias Infraestrutura, ações estas que deverão ser apenas ações em tesouraria.

O Conselho de Administração fixará os termos e as condições de cada opção em contrato de outorga de opção de compra de ações (“contrato”), a ser celebrado entre a EcoRodovias Infraestrutura e cada beneficiário.

O preço das opções corresponderá ao valor da ação da EcoRodovias Infraestrutura, atualizado monetariamente pelo IPCA ou outro índice de base de apuração equivalente que seja escolhido pela Assembleia Geral da EcoRodovias Infraestrutura.

O Conselho de Administração disponibilizou 26.454 ações ordinárias para esse plano, como segue:

<u>Data</u>	<u>1ª outorga</u> <u>31/08/2010</u>	<u>2ª outorga</u> <u>22/03/2011</u>	<u>3ª outorga</u> <u>25/04/2012</u>
Quantidade de opções de ações	-	-	26.454
Preço do período - R\$ por ação	R\$9,95	R\$13,06	R\$13,58
Índice de reajuste	IPCA	IPCA	IPCA

A Companhia reconhece no resultado, durante o período de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. Em 30 de junho de 2013, foi registrado na rubrica “Prêmio de opções” de R\$12, (R\$5 em 30 de junho de 2012).

A EcoRodovias Infraestrutura efetuará a liquidação desse plano de opção com base em ações entregando ações de sua própria emissão que serão mantidas em tesouraria até o efetivo período das ações por parte dos beneficiários.

As variações nas quantidades de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

	<u>3ª outorga</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2011	=	=
Outorgadas	<u>26.454</u>	<u>26.454</u>
Em 31 de dezembro de 2012	<u>26.454</u>	<u>26.454</u>
Outorgadas	-	-
Em 30 de junho de 2013	<u>26.454</u>	<u>26.454</u>

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando-se o modelo de precificação de opções Black-Scholes.

A aquisição do direito ao período da opção ocorrerá na forma e nos prazos apresentados a seguir:

**Notas Explicativas**

<u>Ano</u>	<u>Preço médio do período por ação em R\$</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Valor justo médio da opção em R\$</u>	<u>Total</u>	<u>Prazo para exercer</u>
2014	14,47	6.613	2,09	14	11 meses
2015	14,47	6.613	2,49	16	23 meses
2016	14,47	<u>6.615</u>	2,79	<u>18</u>	35 meses
		<u>19.841</u>		<u>48</u>	

As condições para as opções estão demonstradas a seguir:

Em 31 de agosto de 2010, o Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura aprovou o Primeiro Programa de Recompra de Ações. Esta recompra ocorrerá sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, recolocação no mercado ou lastro para planos de opção com base em ações da EcoRodovias Infraestrutura, observados:(1) as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis, em especial o artigo 30, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1980 (alterada pela Instrução CVM nº 10); (2) o artigo 14, inciso XIV, do Estatuto Social da EcoRodovias Infraestrutura; e (3) os termos e as condições a seguir:

- Prazo: 365 dias a contar de 31 de agosto de 2010.
- Quantidade de ações em circulação no mercado: 144.003.000 ações ordinárias em circulação no mercado.
- Quantidade de ações a serem adquiridas: serão adquiridas, no máximo, 4.000.000 de ações ordinárias.

Em 30 de maio de 2012, o Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura aprovou o Segundo Programa de Recompra de Ações. Esta recompra ocorrerá sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, recolocação no mercado ou lastro para planos de opção com base em ações da EcoRodovias Infraestrutura, observados:(1) as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis, em especial o artigo 30, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1980 (alterada pela Instrução CVM nº 10); (2) o artigo 14, inciso XIV, do Estatuto Social da EcoRodovias Infraestrutura; e (3) os termos e as condições a seguir:

- Prazo: 365 dias a contar de 30 de maio de 2012.
- Quantidade de ações em circulação no mercado: 143.737.879 ações ordinárias em circulação no mercado
- Quantidade de ações a serem adquiridas: serão adquiridas, no máximo, 1.500.000 de ações ordinárias.

Em 05 de junho de 2013, o Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura aprovou o terceiro programa de recompra de ações. Essa recompra ocorrerá sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, recolocação no mercado ou lastro para planos de opção com base em ações da EcoRodovias Infraestrutura, observados:(i) as normas

## Notas Explicativas

expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis, em especial o artigo 30, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (alterada pela Instrução CVM nº 10, de 14 de fevereiro de 1980); (ii) o artigo 14, inciso XIV, do Estatuto Social da EcoRodovias Infraestrutura; e (iii) os termos e as condições a seguir:

- Prazo: 365 dias a contar de 06 de junho de 2013.
- Quantidade de ações em circulação no mercado: 200.669.081 ações ordinárias.
- Quantidade de ações a serem adquiridas: serão adquiridas, no máximo, 1.700.000 de ações ordinárias.

A EcoRodovias Infraestrutura mantém em tesouraria 543.576 ações ordinárias calculadas com base na cotação média do último dia de pregão em 28 de junho de 2013, de R\$15,66. O valor total dessas ações, cujo cálculo tem como base a cotação média do pregão de 28 de junho de 2013, é de R\$8.512.

### 27. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Receita com arrecadação de pedágio:				
Pedágio em numerário	-	-	353.244	317.180
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	-	-	375.096	315.470
Vale-pedágio e pedágio em cupons	-	-	81.853	70.211
Outras	-	-	<u>2.322</u>	<u>1.243</u>
	-	-	812.515	704.104
Receita de construção	-	-	188.284	94.820
Receitas acessórias (b) e de prestação de serviços (c)	<u>63.038</u>	<u>62.406</u>	<u>28.412</u>	<u>34.091</u>
	<u>63.038</u>	<u>62.406</u>	<u>216.696</u>	<u>128.911</u>
Receita bruta	<u>63.038</u>	<u>62.406</u>	<u>1.029.211</u>	<u>833.015</u>
Deduções de receita				
(PIS, Cofins e ISS) (d)	<u>(7.077)</u>	<u>(7.020)</u>	<u>(79.383)</u>	<u>(69.822)</u>
	<u>55.961</u>	<u>55.386</u>	<u>949.828</u>	<u>763.193</u>
Receita líquida				

- (a) Refere-se às receitas de prestação de serviços via pedágio eletrônico.
- (b) Referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa e domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.
- (c) Refere-se à receita de prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas prestados pela Companhia.
- (d) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento.

**Notas Explicativas**

## 28. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

<u>Controladora (BR GAAP)</u>	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Pessoal	23.821	19.744
Conservação e manutenção	313	1.339
Serviços de terceiros	4.952	2.220
Locação e aluguéis de imóveis, veículos e máquinas	1.131	855
Depreciações e amortizações	3.923	3.221
Outros custos operacionais	<u>2.240</u>	<u>1.760</u>
	<u>39.380</u>	<u>29.139</u>
Classificados como-		
Custos dos serviços prestados	<u>39.380</u>	<u>29.139</u>
<u>Consolidado (IFRS e BR GAAP)</u>	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Pessoal	70.053	61.241
Conservação e manutenção	33.489	26.776
Serviços de terceiros (*)	30.179	31.956
Seguro (vide nota explicativa nº 33)	5.119	4.693
Provisão para manutenção	39.660	25.311
Custos de construção	188.284	94.820
Poder Concedente	19.564	17.302
Depreciações e amortizações	83.257	72.227
Locações de imóveis e máquinas	5.348	5.280
Outros custos e despesas operacionais	<u>21.131</u>	<u>21.686</u>
	<u>496.084</u>	<u>361.292</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	460.638	319.161
Despesas gerais e administrativas	<u>35.446</u>	<u>42.131</u>
	<u>496.084</u>	<u>361.292</u>

(\*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância de e outros.

**Notas Explicativas****29. RESULTADO FINANCEIRO**

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	3.330	8.327	15.494	18.932
Outras receitas financeiras	<u>4.547</u>	<u>10.100</u>	<u>6.429</u>	<u>3.165</u>
	<u>7.877</u>	<u>18.427</u>	<u>21.923</u>	<u>22.097</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures	(24.434)	(23.741)	(58.498)	(56.338)
Juros sobre financiamentos e arrendamento mercantil	-	-	(14.837)	(12.311)
Variação monetária sobre debêntures	(19.985)	(2.329)	(46.996)	(20.771)
Variação monetária e ajuste a valor presente sobre direito de outorga	-	-	(3.636)	(4.846)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(2.752)	(1.067)	(7.110)	(2.216)
Ajuste a valor presente - provisão para manutenção - interpretação técnica ICPC 01	-	-	(8.299)	(4.414)
Outras despesas financeiras	<u>(2.173)</u>	<u>(1.115)</u>	<u>(5.246)</u>	<u>(2.568)</u>
	<u>(49.344)</u>	<u>(28.252)</u>	<u>(144.622)</u>	<u>(103.464)</u>
Resultado financeiro	<u>(41.467)</u>	<u>(9.825)</u>	<u>(122.699)</u>	<u>(90.674)</u>

**30. LUCRO POR AÇÃO - CONTROLADORA (BR GAAP) E CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)**

## Lucro básico e diluído por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usados no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico e diluído por ação	<u>214.504</u>	<u>213.109</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico e diluído por ação	<u>696.715</u>	<u>696.715</u>
Lucro básico por ação das operações continuadas	<u>0,31</u>	<u>0,31</u>

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações, divulgada na nota explicativa 26.f, pois o plano de opção é da controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

**31. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS - PLR**

A Companhia e suas controladas têm como política a administração de Participação nos Lucros e Resultados - PLR aos seus funcionários, vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho e com o sindicato da categoria. No semestre findo em 30 de junho de 2013, a PLR foi de R\$1.478 (R\$1.926 em 30 de junho de 2012), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas "Custo dos serviços prestados" e "Despesas gerais e administrativas".

## Notas Explicativas

### 32. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil financeiro, debêntures e credor pela concessão, detalhados nas notas explicativas nº 17, nº 18, nº 19 e nº 22, deduzidos de caixa e saldos de bancos) e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados e participações de acionistas não controladores, conforme apresentado na nota explicativa nº 26.e).

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Em 30 de junho de 2013, a Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos.

#### Risco de mercado

##### a) Exposição a riscos cambiais

A Companhia e suas controladas não apresentavam saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

##### b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia, por meio de suas controladas, está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA, do IGP-M e do CDI, relativos a empréstimos, financiamentos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

#### Considerações gerais

- A Administração da Companhia e de suas controladas elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários: são formados por CDB, remunerados à taxa média ponderada de 101,3% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para

## Notas Explicativas

perdas e ao ajuste a valor presente, quando aplicável.

- Empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil financeiro e credor pela concessão: são classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação, conforme demonstrado nas notas explicativas nº 17, nº 18, nº 19 e nº 22.

### Índice de endividamento

Os índices de endividamento são os seguintes:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Dívida (a)	835.151	797.535	2.763.177	1.818.542
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	<u>(371.105)</u>	<u>(8.306)</u>	<u>(990.792)</u>	<u>(146.698)</u>
Dívida líquida	464.046	789.229	1.772.385	1.671.844
Patrimônio líquido (b)	793.727	776.115	798.082	779.320
Índice de endividamento líquido	<u>0,58</u>	<u>1,02</u>	<u>2,22</u>	<u>2,15</u>

- (a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil financeiro, debêntures e credor pela concessão circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas notas explicativas nº 17, nº 18, nº 19 e nº 22.
- (b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 30 de junho de 2013 são como segue:

	<u>Classificação</u>	<u>Saldo contábil</u>	<u>Mercado</u>
<b>Ativos:</b>			
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	13.866	13.866
Clientes e clientes partes relacionadas (i)	Empréstimos e recebíveis	94.106	94.106
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários (ii)	Empréstimos e recebíveis	976.926	976.926
<b>Passivos:</b>			
Fornecedores (i)	Outros passivos financeiros	45.222	45.222
Empréstimos e financiamentos (iii)	Outros passivos financeiros	396.764	398.956
Debêntures (iii)	Outros passivos financeiros	2.301.759	2.440.137
Credor pela concessão (iv)	Outros passivos financeiros	64.654	75.816

- (i) O saldo das rubricas “Clientes” e “Fornecedores” possui prazos de vencimento, substancialmente, em até 45 dias, portanto, aproxima-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (ii) Os saldos de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários se aproximam do valor

## Notas Explicativas

justo nas datas dos balanços.

- (iii) Calculado por meio do fluxo de caixa descontado, de acordo com as taxas indicativas BM&FBOVESPA do dia 28 de junho de 2013, com base nas parcelas a vencer.
- (iv) Calculado excluindo-se o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica “Credor pela concessão”.

As referidas taxas e PUs utilizadas para as projeções de mercados foram extraídas das seguintes fontes externas independentes: [www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br), [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br), [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br), [www.fgv.br](http://www.fgv.br), [www.fiduciario.com.br](http://www.fiduciario.com.br), [www.oliveiratrust.com.br](http://www.oliveiratrust.com.br) e [www.pentagonotrustee.com.br](http://www.pentagonotrustee.com.br).

### a) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes que são remunerados por taxas de juros variáveis e que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia por meio da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

A exposição do Grupo às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas vêm aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

### b) Risco de crédito

#### Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 30 de junho de 2013, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$68.400 (R\$72.055 em 31 de dezembro de 2012), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Clientes”.

### c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora direta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue

## Notas Explicativas

adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
BNDES	TJLP + 2,45% a.a.	29.392	31.049	30.792	138.908
BNDES	TJLP + 2,10% a.a.	5.662	5.495	5.216	9.744
FINAME	TJLP + 2,84% a.a.	114	347	326	265
Capital de giro	111,6% do CDI CDI + 2,032% a.a.	176.178	-	-	-
Capital de giro Credor pela concessão	IGP-M	18.366	6.193	12.499	27.596
Debêntures	104 % do CDI	17.577	-	-	-
Debêntures	CDI + 0,79% a.a.	21.431	23.742	25.695	280.782
Debêntures	IGP-M + 9,50% a.a.	111.326	55.531	-	-
Debêntures	IPCA + 8,25% a.a.	49.943	53.198	60.483	723.008
Debêntures	IPCA + 5,25% a.a.	44.144	46.679	49.183	1.173.377
Debêntures	IPCA + 3,80% a.a.	8.079	8.479	8.931	321.714
Debêntures	IPCA + 4,28% a.a.	30.986	32.517	34.253	1.469.117

### Análise de sensibilidade

#### *Risco de variação nas taxas de juros*

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo-se que o valor do passivo em aberto no fim do exercício esteve em aberto durante todo o exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, da TJLP e do IGP-M, principais indicadores das debêntures contratadas pela Companhia e por suas controladas:

**Notas Explicativas**

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Juros a incorrer</u>		
		<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
Juros de aplicações financeiras		88.421	110.457	132.496
Juros sobre a 1ª série das debêntures - Ecovias	Alta do CDI	(487)	(604)	(718)
Juros sobre a 2ª e 3ª séries das debêntures - Ecovias	Alta do IGP-M	(1.271)	(2.902)	(3.480)
Juros sobre a 1ª série das debêntures - EcoRodovias	Alta do CDI	(21.920)	(26.773)	(31.568)
Juros sobre a 2ª e 3ª série das debêntures - EcoRodovias	Alta do IPCA	(30.235)	(37.774)	(45.304)
Juros sobre a 1ª e 2ª séries das debêntures - Ecovias 2ª emissão	Alta do IPCA	(47.566)	(59.426)	(71.273)
Juros sobre a 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries das debêntures - Ecopistas	Alta do IPCA	(19.154)	(23.930)	(28.701)
Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	(12.066)	(13.742)	(15.397)
Empréstimos e financiamentos	Alta da TJLP	(14.121)	(16.376)	(18.609)
Juros sobre credor pela concessão	Alta do IGP-M	(60)	(75)	(90)
Juros a incorrer, líquidos		(58.459)	(71.145)	(82.644)

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia e suas controladas estão apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

As taxas consideradas foram as seguintes:

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
CDI (a)	8,53 %	10,66 %	12,79 %
IGP-M (b)	4,80 %	6,03 %	7,28 %
IPCA (c)	5,70%	7,17%	8,66%
TJLP (d)	5,0%	6,25%	7,50%

(a) Refere-se à taxa do CDI projetada para 12 meses.

(b) Refere-se à taxa do IGP-M projetada para 12 meses.

(c) Refere-se à taxa do IPCA projetada para 12 meses.

(d) Refere-se à taxa da TJLP projetada para 12 meses.

As referidas taxas utilizadas para as projeções de mercados foram extraídas das seguintes fontes externas independentes: Tendências Consultoria, [www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br), [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br), [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) e [www.fgv.br](http://www.fgv.br).

## Notas Explicativas

### 33. SEGUROS CONTRATADOS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

A Companhia e suas controladas têm cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

<u>Modalidade</u>	<u>Cobertura</u>
Seguro-garantia	R\$575 milhões
Equipamentos	R\$1,9 milhões
“All Risk” - responsabilidade civil	R\$1.663 milhões
“All Risk” - danos materiais	R\$6.560 milhões
Seguro - sede	R\$5 milhões
“All Risk” - perda de receita	R\$1.651 milhões
Veículos	Tabela FIPE
“All Risk” - risco de engenharia	R\$180 milhões

### 34. CONTRATOS DE CONCESSÃO - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

#### Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão, do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, totalizando 136,7 km, constituídos por: (a) Rodovia BR-277, trecho entre a cidade de Curitiba e o Porto de Paranaguá, em uma extensão de 85,7 km; (b) Rodovia PR-508, trecho entre a BR-277 e o município de Matinhos, em uma extensão de 32 km; e (c) Rodovia PR-407, trecho desde a BR-277 até a Praia de Leste, em uma extensão de 19 km. O objeto da concessão consiste na recuperação, no melhoramento, na manutenção, na operação e na exploração das rodovias, pelo período de 24 anos, sendo a vigência da concessão até novembro de 2021, mediante a cobrança de tarifas de pedágio e de fontes alternativas de receita que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia e de suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e lazer, incluindo as decorrentes de publicidade e multas por excesso de peso.

A controlada assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- (i) Pagamento da verba anual de fiscalização em parcelas mensais durante o período do contrato, sendo R\$60 mensais do início até o 11º ano e R\$66 mensais do 12º ano até o fim do contrato.
- (ii) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destina-se a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia Rodoviária e será paga pelo valor de R\$10 mensais até o 11º ano e de R\$11 mensais do 12º ano ao fim do contrato.
- (iii) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso, conforme a seguir (exceto operação):

## Notas Explicativas

- 2,6 km da Rodovia PR-804, trecho entre a BR-277 e a PR-408.
- 13,2 km da Rodovia PR-408, trecho entre Morretes e a BR-277.
- 9,6 km da Rodovia PR-408, trecho entre a PR-340 e Morretes.
- 13 km da Rodovia PR-411, trecho entre a PR-410 (São João da Graciosa) e Morretes.

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

O contrato de concessão da Ecovia Caminho do Mar foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que a Companhia tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Receita de construção	18.755	10.188
Custos de construção	(18.755)	(10.188)
	<u>=====</u>	<u>=====</u>
	-	-

### Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

O Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6).

A concessão, pelo prazo de 20 anos e mediante a cobrança de pedágio, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construção de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágio.

Em 21 de dezembro de 2006, por meio do TAM nº 10, a controlada obteve a prorrogação do prazo de concessão por mais 70 meses, em virtude do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

Em 13 de novembro de 2012, através do Termo Aditivo nº 16/12, a Companhia obteve a prorrogação do prazo de concessão por mais 18 meses e 11 dias, em virtude do reequilíbrio

## Notas Explicativas

econômico-financeiro do contrato de concessão, em decorrência da inclusão de novas obras e serviços no valor de R\$328.719, que incluem a remodelação do trevo localizado no km 55 da Rodovia Anchieta, com implantação de um anel viário interligando as rodovias Anchieta, Cônego Domênico Rangoni, Imigrantes e Padre Manoel da Nóbrega, e a construção de uma terceira faixa em ambos os sentidos na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, entre o km 270 e o km 262, na região do Pólo Industrial de Cubatão. O contrato de concessão possui vigência até setembro de 2025.

A controlada assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

a) Ampliação principal

- Duplicação da Rodovia dos Imigrantes, entre o km 41,0 e o km 58,0 (pista descendente), com término inicialmente previsto para o primeiro semestre de 2003. Esse compromisso foi cumprido antecipadamente em 17 de dezembro de 2002, com a entrega da obra.

b) Pagamento de

- Direito de outorga, em parcelas mensais de valores definidos durante o período de concessão, no total de R\$87.000 (R\$44.857 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IGP-M, conforme descrito na Nota Explicativa nº 22.
- 3% da arrecadação sobre as receitas derivadas da exploração do sistema rodoviário.

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

O contrato de concessão da Ecovias dos Imigrantes foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Receita de construção	66.639	18.272
Custos de construção	(66.639)	(18.272)
	=====	=====

Em decorrência da Deliberação do Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo (“ARTESP” ou “Poder Concedente”), de 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Companhia concordou com o TAM em 15 de dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio do IGP-M para o IPCA, a fim de uniformizar toda a sistemática de reajuste de tarifas de pedágios de rodovias, sendo mantidos a periodicidade anual e o mês de referência do ajuste. A alteração do índice do reajuste implicará a revisão contratual em base anual perante o Poder Concedente, para verificação de existência de desequilíbrio econômico

## Notas Explicativas

decorrente da utilização do novo índice, que poderá determinar o reequilíbrio em favor da Companhia ou do Poder Concedente, através de alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. As cláusulas do TAM entrarão em vigor a partir da autorização do Secretário Estadual de Logística e Transportes, que condicionou a sua aplicação a partir de 1º de julho de 2013.

### Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009, sendo a vigência do contrato até junho de 2039, e tem como objeto social, pelo regime de concessão, a exploração, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna-Carvalho Pinto, respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos, compreendendo:

- a) SP-070 - Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto: início do trecho entre o km 11 e o km 190, no fim da Marginal Tietê, São Paulo - SP; e fim do trecho entre o km 130 e o km 400, no entroncamento com a BR-116, entre o km 117 e o km 400, Taubaté - SP.
- b) SP-019: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-070, entre o km 19 e o km 300, Guarulhos - SP; e fim do trecho entre o km 2 e o km 400, início do Sítio do Aeroporto de Cumbica, Guarulhos - SP.
- c) SPI-179/060 - interligação Ayrton Senna x Rodovia Presidente Dutra: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a BR-116, entre o km 179 e o km 000, Guararema - SP; e fim do trecho entre o km 5 e o km 400, no entroncamento com a SP-070, entre o km 60 e o km 300, Guararema - SP.
- d) SPI-035/056 - interligação Itaquaquecetuba: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-056, entre o km 35 e o km 000, Itaquaquecetuba - SP; e fim do trecho entre o km 0 e o km 880, no entroncamento com a SP-070, entre o km 35 e o km 700, Itaquaquecetuba - SP.
- e) SP-099 - Rodovia dos Tamoios: início do trecho entre o km 4 e o km 500, São José dos Campos - SP; e fim do trecho entre o km 11 e o km 500, São José dos Campos - SP.
- f) SP-070 - trecho rodoviário a ser construído, de 6,8 km: prolongamento até a SP-125, Taubaté - SP.
- g) Segmentos transversais, trechos, obras de arte e instalações complementares do tipo urbano ou rodoviário da Rodovia SP-070 (Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto), outorgados à Dersa Desenvolvimento Rodoviários S.A. durante seu período de concessão, que totalizam aproximadamente 2 km e estão localizados no km 45 (intersecção com a SP-088) e no km 111 (intersecção com a SP-103).

A Ecopistas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

O pagamento de direito de outorga, no total de R\$595.157 (R\$570.422 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IPCA, dos quais R\$118.800 foram pagos em junho de 2009 e o saldo restante foi pago em 18 parcelas, sendo a última paga em 31 de dezembro de 2010.

## Notas Explicativas

Sempre que houver direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, esta será implantada tomando como base os efeitos dos fatos que lhe deram causa, por meio de:

- a) Prorrogação do prazo de concessão.
- b) Revisão tarifária.
- c) Revisão do cronograma de investimentos.
- d) Utilização do ônus fixo.
- e) Emprego de verbas do tesouro.
- f) Utilização conjugada de uma ou mais modalidades.

Os bens integrantes da concessão são todos os equipamentos, máquinas, aparelhos, acessórios e, de modo geral, todos os demais bens vinculados à exploração e manutenção do sistema existente, transferidos à concessionária, bem como os bens adquiridos pela concessionária, ao longo de todo o prazo da concessão, utilizados na exploração do sistema rodoviário.

Extinta a concessão, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário, transferidos para a Companhia ou por ela implantados no âmbito da concessão.

O contrato de concessão da Ecopistas foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das obrigações, mediante ação judicial movida especialmente para esse fim; porém, os serviços prestados pela Ecopistas não poderão ser interrompidos ou paralisados até a decisão judicial, decretando a rescisão do contrato.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Receita de construção	66.221	44.350
Custos de construção	(66.221)	(44.350)
	<u>=====</u>	<u>=====</u>

### Empresa Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL

A Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL foi constituída em 19 de janeiro de 1998, tendo a assinatura de seu contrato de concessão ocorrido em 15 de julho de 1998, o

## Notas Explicativas

início de suas operações em 24 de julho de 1998 e o início da cobrança de pedágio em 4 de março de 2001. A Ecosul tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, das seguintes rodovias e trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas:

<u>Rodovia</u>	<u>Trecho</u>	<u>Extensão (km)</u>
BR-116	Pelotas/Camaquã	123,4
BR-116	Pelotas/Jaguarão	137,1
BR-293	Pelotas/Bagé	161,1
BR-392	Pelotas/Rio Grande	73,8
BR-392	Pelotas/Santana da Boa Vista	128,4

A concessão, pelo prazo de 25 anos (a partir do início da cobrança de pedágio) e mediante a cobrança de pedágio, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, conservações preventivas, implantação de sistemas de controles de tráfego e atendimento aos usuários. Ao término do período de concessão em março de 2026, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Taxa de fiscalização: é calculada pela aplicação de 1% sobre a receita de arrecadação de pedágio, sendo provisionada mensalmente em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.
- Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos cinco trechos rodoviários que compõem o polo, totalizando 623,8 km de extensão conforme as previsões dos cronogramas de custos operacionais e investimentos de seu programa de exploração.

O contrato de concessão da Ecosul foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Receita de construção	13.990	12.050
Custos de construção	(13.990)	(12.050)
	<u>=====</u>	<u>=====</u>

Não ocorreram mudanças no contrato de concessão no decorrer do exercício.

### Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas foi constituída em 3 de novembro de 1997 e tem por objeto social a exploração do Lote 003 da Rodovia BR-277 (trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, na região central do Estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no extremo oeste do mesmo Estado), conforme disposto em contrato de concessão assinado em 14 de novembro de 1997, resultante da Concorrência Pública Internacional nº 003/96 DER/PR, concedida pelo Estado do Paraná, mediante a cobrança de pedágio e a

## Notas Explicativas

prestação de serviços inerentes, acessórios e complementares à concessão, incluindo, mas sem limitação a, obras e serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, operação, expansão da capacidade de operação e exploração da rodovia principal e recuperação, conservação e manutenção de trechos rodoviários de acesso do Lote 003, bem como desenvolvimento e aplicação de sistemas de sinalização, informação, comunicação, segurança, serviços de pesagem, atendimento mecânico, resgate e atendimento médico de primeiros socorros. Com relação a esse contrato de concessão, diversos aspectos estão sendo discutidos, inclusive judicialmente, desde o fim do ano 2002, pela Administração da Ecocataratas e pelo Governo do Estado do Paraná.

O prazo de duração da Ecocataratas é indeterminado, mas será estendido, no mínimo, pela vigência de 24 anos da concessão (o prazo final da concessão é 13 de novembro de 2021).

Em 7 de fevereiro de 2008, a Ecocataratas teve seu controle acionário adquirido pelo Grupo EcoRodovias, com transferência de 100% das ações representativas do capital social.

A Ecocataratas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- a) Pagamento de verba anual de fiscalização em parcelas mensais de R\$77 durante o período do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio. Em 31 de dezembro de 2012, a parcela reajustada é de R\$216.
- b) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso conforme segue (exceto operação):
  - 7,64 km da Rodovia PR-474, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Campo Bonito - PR.
  - 37,03 km da Rodovia PR-180, trecho de acesso entre a BR-277 e o distrito de Juvinópolis, município de Cascavel - PR.
  - 13,58 km da Rodovia PR-590, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Ramilândia - PR.
  - 13,59 km da Rodovia PR-874, trecho de acesso ao terminal turístico do município de Santa Terezinha de Itaipu - PR.

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

Os bens que integram a concessão são as rodovias e os trechos rodoviários de acesso que compõem o sistema, compreendendo todas as edificações e demais bens móveis e imóveis que poderão ser cedidos pelo Departamento de Estradas de Rodagem - DER à Ecocataratas, de forma provisória, para que não ocorram interrupções nos serviços.

O contrato de concessão da Ecocataratas foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

**Notas Explicativas**

	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Receita de construção	22.379	9.960
Custos de construção	<u>(22.379)</u>	<u>(9.960)</u>
	-	-

Compromissos relativos às concessões

As concessionárias estimam os montantes relacionados a seguir, em 30 de junho de 2013, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos Contratos de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados:

<u>Natureza dos Custos</u>	<u>30/06/2013</u>				
	<u>Ecovia</u> <u>Previsão de</u> <u>2013 a 2021</u>	<u>Ecosul</u> <u>Previsão de</u> <u>2013 a 2026</u>	<u>Ecovias</u> <u>Previsão de</u> <u>2013 a 2018</u>	<u>Ecocataratas</u> <u>Previsão de</u> <u>2013 a 2021</u>	<u>Ecopistas</u> <u>Previsão de</u> <u>2013 a 2039</u>
Melhorias na infraestrutura	69.868	99.845	405.380	5.872	240.246
Conservação especial (manutenção)	70.718	27.804	300.022	292.795	329.999

**35. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)**

Em junho de 2006, foi implantado o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são perfeitamente previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e suas controladas e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores, para os salários superiores a R\$3,2, até o limite de 10% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. No trimestre findo em 30 de junho de 2013, a Companhia e suas controladas contribuíram com o montante de R\$353 (R\$482 em 30 de junho de 2012), registrado na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

**36. INFORMAÇÕES SOBRE O CONTRATO DE CONCESSÃO DAS CONTROLADAS ECOVIA CAMINHO DO MAR E ECOCATARATAS**

As controladas Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. e Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas fazem parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras quatro concessionárias. O prazo final da concessão de ambas é novembro de 2021.

A anterior Administração do Governo do Estado do Paraná buscou reduzir ou suprimir o programa de concessões rodoviárias no Estado, por meio de ações administrativas e judiciais. O litígio estende-se pelas seguintes principais frentes: encampação das concessões, desapropriação das ações de controle, tentativa de caducidade dos contratos, negativa de reajuste de tarifa nos anos 2003 a 2010, tentativa de nulidade de aditivos contratuais e

## Notas Explicativas

consideração de dados contábeis em detrimento de dados contratuais regulares. Em todas as frentes de litígio restam, por ora, vitoriosas as concessionárias do Estado do Paraná.

Os reajustes tarifários contratuais dos anos 2003 a 2010, sistematicamente negados pelo Estado do Paraná, foram implementados judicialmente e estão vigentes.

Tanto a Ecovia quanto a Ecocataratas buscam por meio de ações judiciais terem reconhecidos em seu favor eventos que desequilibraram os respectivos contratos de concessão. Caso reconhecido, tais eventos conduzirão ao direito de restabelecimento da dimensão original das equações econômico-financeiras dos contratos.

Diante da nova administração estadual, as concessionárias estão atualmente em processo de revisão contratual. Para possibilitar as tratativas foram formulados pleitos conjuntos de suspensão das ações judiciais que discutem o contrato, na sua maioria já deferidos.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações e de suas controladas não é provável e que, no momento, não é possível prever o prazo para o encerramento das ações em andamento, não sendo esperadas, no entanto, decisões finais nos próximos 12 meses.

### 37. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A operação da Companhia e de suas controladas consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões são tomadas.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia e de suas controladas.

### 38. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Os principais saldos das controladas incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas são conforme segue:

**Notas Explicativas**

30.06.2013									
	<u>Companhia</u>	<u>Ecopistas</u>	<u>Ecocataratas</u>	<u>Ecovias</u>	<u>Ecosul</u>	<u>Ecovia</u>	<u>Subtotal</u>	<u>Eliminações</u>	<u>Consolidado</u>
<b>Ativo</b>									
Circulante	413.712	72.323	30.711	550.224	19.010	12.144	1.098.124	(28.295)	1.069.829
Não circulante	<u>1.230.835</u>	<u>952.192</u>	<u>484.891</u>	<u>1.078.032</u>	<u>141.005</u>	<u>154.809</u>	<u>4.041.764</u>	<u>(1.126.690)</u>	<u>2.915.074</u>
Total	<u>1.644.547</u>	<u>1.024.515</u>	<u>515.602</u>	<u>1.628.256</u>	<u>160.015</u>	<u>166.953</u>	<u>5.139.888</u>	<u>(1.154.985)</u>	<u>3.984.903</u>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>									
Circulante	38.568	87.329	80.975	212.566	97.379	126.846	643.663	(27.146)	616.517
Não circulante	812.252	694.759	91.925	1.032.965	19.083	14.413	2.665.397	(95.093)	2.570.304
Participação minoritários	-	-	-	-	-	-	-	4.355	4.355
Patrimônio líquido	<u>793.727</u>	<u>242.427</u>	<u>342.702</u>	<u>382.725</u>	<u>43.553</u>	<u>25.694</u>	<u>1.830.828</u>	<u>(1.037.101)</u>	<u>793.727</u>
Total	<u>1.644.547</u>	<u>1.024.515</u>	<u>515.602</u>	<u>1.628.256</u>	<u>160.015</u>	<u>166.953</u>	<u>5.139.888</u>	<u>(1.154.985)</u>	<u>3.984.903</u>
<b>Demonstração do resultado</b>									
30.06.2013									
Receita líquida	55.961	168.568	130.579	441.243	102.550	112.680	1.011.581	(61.753)	949.828
Lucro bruto	19.581	63.501	50.685	253.679	65.347	59.790	512.583	(23.393)	489.190
Lucro operacional	214.537	15.998	33.028	205.853	53.774	46.493	569.683	(238.805)	330.878
Lucro do exercício	214.504	12.090	24.826	138.996	35.592	30.860	456.868	(238.805)	218.063
31.12.2012									
	<u>Companhia</u>	<u>Ecopistas</u>	<u>Ecocataratas</u>	<u>Ecovias</u>	<u>Ecosul</u>	<u>Ecovia</u>	<u>Subtotal</u>	<u>Eliminações</u>	<u>Consolidado</u>
<b>Ativo</b>									
Circulante	183.245	43.486	19.345	109.745	12.940	13.691	382.452	(163.785)	218.667
Não circulante	<u>1.406.543</u>	<u>889.881</u>	<u>476.782</u>	<u>1.024.945</u>	<u>130.642</u>	<u>154.524</u>	<u>4.083.317</u>	<u>(1.297.222)</u>	<u>2.786.095</u>
Total	<u>1.589.788</u>	<u>933.367</u>	<u>496.127</u>	<u>1.134.690</u>	<u>143.582</u>	<u>168.215</u>	<u>4.465.769</u>	<u>(1.461.007)</u>	<u>3.004.762</u>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>									
Circulante	22.849	80.934	96.386	360.671	89.021	128.877	778.738	(196.330)	582.408
Não circulante	790.824	617.300	101.991	204.549	23.495	12.921	1.751.080	(108.046)	1.643.034
Patrimônio líquido	<u>776.115</u>	<u>235.133</u>	<u>297.750</u>	<u>569.470</u>	<u>31.066</u>	<u>26.417</u>	<u>1.935.951</u>	<u>(1.156.631)</u>	<u>779.320</u>
Total	<u>1.589.788</u>	<u>933.367</u>	<u>496.127</u>	<u>1.134.690</u>	<u>143.582</u>	<u>168.215</u>	<u>4.465.769</u>	<u>(1.461.007)</u>	<u>3.004.762</u>
<b>Demonstração do resultado</b>									
30.06.2012									
Receita líquida	55.386	140.326	73.838	366.564	82.021	99.494	817.629	(54.436)	763.193
Lucro bruto	26.247	58.223	35.267	236.078	48.962	61.538	466.315	(22.283)	444.032
Lucro operacional	218.093	16.085	21.327	181.878	37.737	49.392	524.512	(204.057)	320.455
Lucro do exercício	213.109	10.586	14.380	123.794	24.937	32.855	419.661	(206.552)	213.109

## Notas Explicativas

### 39. EVENTO SUBSEQUENTE

Com o objetivo de imprimir maior dinamismo e eficiência na administração de sociedades concessionárias de que tenha participação acionária, mesmo que parcial, as sócias da SBS Engenharia e Construções S/A (“SBS”) constituíram uma sociedade denominada GRANT Concessões e Participações LTDA (“GRANT”), a qual acha-se em pleno vigor e atendendo a todos os aspectos legais e societários previstos em legislação. Em continuidade a essa reestruturação, no dia 16.07.2013 a empresa SBS Engenharia e Construções S/A formalizou a transferência das ações que detinha no capital social da Ecosul para a empresa Grant Concessões e Participações LTDA. Sendo assim, desde o dia 16.07.2013 a Ecosul passou a ter como acionistas as empresas Ecorodovias Concessões e Serviços S/A, Companhia, detentora de 90% das ações integrantes do capital social da Companhia, e Grant Concessões e Participações LTDA, detentora de 10% das ações integrantes do capital social da Companhia.

---

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

### RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos  
Administradores e Acionistas da  
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.  
São Bernardo do Campo - SP

#### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

#### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

#### Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

#### Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

#### Outros assuntos

##### Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

#### Auditoria do exercício e revisão dos valores correspondentes ao mesmo período do exercício anterior

As informações contábeis individuais e consolidadas, contidas nas Informações Trimestrais, relativas ao balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2012 e as demonstrações intermediárias individuais e consolidadas do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2012 e das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas e

